



Ministério da Saúde
Secretaria de Atenção Especializada à Saúde
Instituto Nacional de Câncer
Coordenação de Administração Geral
Serviço de Apoio às Licitações

EDITAL Nº 341/2026

Processo nº 25410.019021/2025-64

INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER (250052)
PREGÃO ELETRÔNICO 91.179/2026

OBJETO

Contratação de empresa especializada em serviços de comunicação corporativa para planejamento e execução de campanhas e peças de comunicação interna e externa do Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva (INCA), englobando estudo, concepção, planejamento, pesquisa, criação, produção, cronograma e execução, bem como a produção de materiais, peças, vídeos (captação ou animações/videoarte), comunicação relevante, prestação de serviço de fotografia e esforços de interesse do INCA.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 1.037.800,00

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 01/07/2026 às 09h (horário de Brasília)

Critério de Julgamento:

menor preço por item

Modo de disputa:

aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM NÃO

SUMÁRIO:

1. DO OBJETO
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO
3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES
7. DA FASE DE JULGAMENTO
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO
9. DO TERMO DE CONTRATO
10. DOS RECURSOS
11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES
12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO
13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER PREGÃO ELETRÔNICO Nº 91.179/2026

Torna-se público que a União, por intermédio do **INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER - INCA**, por meio do Serviço de Apoio às Licitações, sediado na Rua Marquês de Pombal nº 125 - 8º andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Lei nº 8078, de 11 de setembro de 1990, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

AMPLA DISPUTA MODO DE DISPUTA: ABERTO DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é Contratação de empresa especializada em serviços de comunicação corporativa para planejamento e execução de campanhas e peças de comunicação interna e externa do Instituto Nacional de Câncer José

Alencar Gomes da Silva (INCA), englobando estudo, concepção, planejamento, pesquisa, criação, produção, cronograma e execução, bem como a produção de materiais, peças, vídeos (captação ou animações/videoarte), comunicação relevante, prestação de serviço de fotografia e esforços de interesse do INCA, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2 A licitação será realizada em único item.

1.3. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no sistema de compras governamentais e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do Decreto nº 8.538, de 2015.

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.7.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.7.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.7.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por

cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.7.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.7.11. sociedades cooperativas;

2.7.12. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.9. O impedimento de que trata o item 2.7.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.4 e 2.7.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.12. O disposto nos itens 2.7.4 e 2.7.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

2.14. A vedação de que trata o item 2.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

3.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.2.1. Como critério de aceitação da proposta o licitante encaminhará a documentação descrita no Termo de Referência, anexo I deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

4.5.1. A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

4.6. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.6.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.6.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica

com sede no exterior;

4.6.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.6.4 cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.6.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.6.6. constituída sob a forma de cooperativas;

4.6.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.6.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.6.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.6.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.6.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.7. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

4.8. A falsidade da declaração de que trata o (s) item (ns) 4.4, 4.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.12.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em

relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.12.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.13.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.13.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.12 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. valor unitário e total do item;

5.1.2. Marca;

5.1.3. Fabricante;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado

nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;

5.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **de R\$ 100,00 (cem reais)**.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“aberto”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado

nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais

licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.20.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.20.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.20.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025.

6.20.4. declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

6.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.21.1. empresas brasileiras;

6.21.2. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.21.3. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.23.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.23.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.23.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.23.4. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **4 horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.23.4.1. Entende-se como documento complementar o envio de **documentação técnica** para que seja realizada análise e aferição da compatibilidade do produto com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho.

6.23.4.2. Será considerada documentação técnica o envio de foto/imagem, manual, catálogo, folder, descritivo, e/ou outros meios contendo documentação audiovisual que demonstre o item, suas especificações, de acordo com descrição constante da proposta de preços submetida à Instituição, informando a referência ofertada para que seja avaliada a correlação entre as especificações técnicas do material solicitado.

6.23.4.3. No caso de não haver entrega da documentação técnica ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo a entrega da retromencionada documentação comprovando que o material ofertado está fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.23.4.4. A documentação referente ao produto deverá ser obrigatoriamente da mesma marca, modelo e referência do ofertado na proposta da licitante.

6.23.4.5. Preferencialmente, a proposta final informará a qualificação do preposto autorizado a assinar a Ata de Registro de Preços e/ou Termo de Contrato.

6.23.5. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

7.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

7.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

7.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.6.1. contiver vícios insanáveis;

7.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.6.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.6.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

7.6.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

7.8.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a

indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.9. Considerando que na presente contratação a **avaliação prévia** do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

8.9.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado pelo telefone **(21) 3207-5994**, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros

licitantes.

8.9.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.12. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, **no prazo de 4 horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

8.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até **4 horas**, para:

8.14.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

8.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.14.3. suprimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

8.14.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

8.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.12.1.

8.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9. DO TERMO DE CONTRATO

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

9.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 05 (cinco) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

9.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

9.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

9.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

9.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

9.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro

Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9.7.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico: www.inca.gov.br/editais ou www.gov.br/compras/pt-br e também poderão ser lidos via disponibilização externa no SEI (Sistema Eletrônico de Informações) onde os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;

11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

11.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

11.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

11.1.6. fraudar a licitação

11.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

11.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

11.1.9. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1. advertência;

11.2.2. multa;

11.2.3. impedimento de licitar e contratar e

11.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

11.3.2. as peculiaridades do caso concreto

11.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

11.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

11.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias úteis**, a contar da comunicação oficial.

11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese

alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

11.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

12.DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte meio: *cpl@inca.gov.br*

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro/Agente de Contratação, nos autos do processo de licitação.

12.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13.DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o

afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico www.inca.gov.br/editais ou www.gov.br/compras/pt-br. Também poderão ser lidos via disponibilização externa no SEI (Sistema Eletrônico de Informações), onde os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

13.11.1. ANEXO I - Termo de Referência;

13.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

13.11.1.2. Apêndice do Anexo I – Planilha de Preços de Serviços - Referencial;

13.11.1.3. Apêndice do Anexo I – Planilha de Preços em branco - para preenchimentos das licitantes;

13.11.1.4. Apêndice do Anexo I – Atesto assinatura do Termo de Referência Digital;

13.11.1.5. Apêndice do Anexo I – Planilha de Orçamento;

13.11.2. ANEXO III - Minuta de Termo de Contrato;

CARLOS ALBERTO DE CARVALHO FILHO

Chefe Substituto do Serviço de Apoio às Licitações
INCA/MS



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Alberto de Carvalho Filho, Chefe do Serviço de Apoio às Licitações substituto(a)**, em 16/06/2026, às 15:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0055930486** e o código CRC **D00CFA9A**.

Serviço de Apoio às Licitações - SEAL/INCA
Rua Marquês de Pombal, nº 125 - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20230-240
Site

INSTITUTO NACIONAL DO CANCER - RJ

Termo de Referência 736/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
736/2025	250052-INSTITUTO NACIONAL DO CANCER - RJ	VANESSA FERRAZ DURAO	02/06/2026 13:04 (v 0.15)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		25410.019021/2025-64

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

TERMO DE REFERÊNCIA
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA
LICITAÇÃO
(Processo Administrativo nº 25410.019021/2025-64)

1.1. Contratação de de empresa especializada de comunicação para planejamento e execução de campanhas e peças de comunicação interna e externa do Instituto Nacional de Câncer (INCA), englobando estudo, concepção, planejamento, pesquisa, produção, cronograma e execução, bem como a produção de materiais, peças, vídeos (captação ou animações/videoarte), comunicação relevante, prestação de serviço de fotografia e esforços de interesse do INCA, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Contratação de empresa especializada em serviços de comunicação corporativa para planejamento e execução de campanhas e peças de comunicação interna e externa do Instituto Nacional de Câncer (INCA), englobando estudo, concepção, planejamento, pesquisa, criação, produção, cronograma e execução, bem como a produção de materiais, peças, vídeos (captação ou animações /videoarte), comunicação relevante, prestação de serviço de fotografia e esforços de interesse do INCA, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.	15601	UN	12	R\$ 86.483,33	R\$ 1.037.800,00

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como **comum(ns)** de comunicação corporativa, design e produção audiovisual, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3. O serviço é enquadrado como continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, sendo a vigência plurianual mais vantajosa, considerando a necessidade de assegurar a continuidade da prestação, a economicidade decorrente da contratação por prazo superior a um exercício financeiro, e a possibilidade de melhor planejamento orçamentário, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar 160/2025.

1.4. **Os valores da Tabela do Objeto são estimados e NÃO serão considerados para o pagamento mensal da empresa. Esses valores serão faturados mediante demanda apontada pela Contratante e conforme execução pela Contratada.**

Prazo de vigência

1.5. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da data da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.6. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.7. Dado a não participação de no mínimo 03 (três) fornecedores apresentados por item, local ou regionalmente enquadrados como EPP /ME e baseado na LC 123/2006 atualizada pela LC 147/2014, art. 49, inciso II, informamos que o processo deverá ser destinado à participação de Ampla Disputa independentemente de valor, sem o estabelecimento de nenhum tipo de cota ou reserva para a contratação de ME/EPP, conforme inciso I do art. 10 do Decreto nº 8538/15.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual de 2026, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 00394544000185-0-000011/2026

II) Data de publicação no PNCP: 25/04/2025

III) Id do item no PCA: 3553

IV) Classe/Grupo: 836 - SERVIÇOS DE PUBLICIDADE

V) Identificador da Futura Contratação: 250052-632/2026

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A Contratada deverá obedecer aos prazos de cronogramas a serem estabelecidos e aprovados pela Contratante nas reuniões de trabalho.

4.2. A empresa deverá apresentar declaração de que dispõe de pessoal técnico especializado e em número suficiente para o atendimento do objeto da licitação, com descrição do perfil da equipe que atenderá o órgão licitante. No entanto, a equipe mínima sugerida não será, obrigatoriamente, de atendimento exclusivo ao INCA.

4.2.1. **EQUIPE MÍNIMA** para realização do projeto:

4.2.1.1. **Gerente de conta/atendimento no município do Rio de Janeiro** – responsável pela execução de atividades técnicas /administrativas e de atendimento ao cliente, deverá ser graduado em Comunicação Social ou Administração de Empresas. Com experiência comprovada na execução de atividades técnicas/administrativas e de atendimento ao cliente;

4.2.1.2. **Redator** – o profissional deverá ser graduado em Comunicação Social, com experiência comprovada e perfil para execução de atividades de redação publicitária, edição e ações de comunicação integrada;

4.2.1.3. **Revisor ortográfico e copidesque** – o profissional deverá ser graduado em Letras. Com experiência comprovada e perfil de revisão gramatical na língua portuguesa e copidesque;

4.2.1.4. **Diretor de arte** - profissional de criação formado em Publicidade ou Desenho Industrial, com habilitação em Comunicação Visual /Programação Visual ou formação equivalente, especializado em desenvolver a parte visual e gráfica das peças publicitárias, projeto e execução da parte visual incluindo cenografia, figurinos, objetos de cena, etc. Trabalha em conjunto com o redator, para a criação de peças publicitárias. Nesse sentido ele deve ter conhecimento em áreas como design gráfico, audiovisual, multimídia, (design editorial, web, TV);

4.2.1.5. **Designers gráficos (mínimo de 2)** – os profissionais deverão ser graduados em Desenho Industrial, com habilitação em Comunicação Visual/Programação Visual ou formação equivalente. Com experiência comprovada e perfil de criação de projeto gráfico, diagramação e editoração eletrônica;

4.2.1.6. **Publicitário** – o profissional deverá ser graduado em Publicidade. Com experiência comprovada no planejamento e execução de ações de comunicação integrada, com ênfase em publicidade, em grau de maior complexidade;

4.2.1.7. **Ilustrador** – o profissional deverá ter experiência comprovada na produção de imagens/ilustrações (este serviço será realizado sob demanda e com autorização do Serviço de Comunicação Social do INCA, de acordo com o Quadro de Estimativa dos Serviços deste Termo de Referência);

4.2.1.8. **Videomaker** — o profissional deverá ter experiência comprovada na produção de vídeos (captação de imagem e/ou animações).

4.3. Substituir, sempre que exigido pelo fiscal do contrato, qualquer profissional cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam prejudiciais, insatisfatórios à disciplina da repartição ou ao interesse do serviço, ou ainda, incompatíveis com a prestação de serviço que lhe forem atribuídas, inclusive nos casos de subcontratação.

Sustentabilidade

4.4. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.4.1. Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas /poluentes;

4.4.2. Utilizar, quando disponíveis no mercado, materiais que sejam reciclados, reutilizados e biodegradáveis;

4.4.3. Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;

4.4.4. Priorizar o emprego de mão-de-obra, materiais, tecnologias e matérias primas de origem local para execução e operação do objeto;

4.4.5. Racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água;

4.4.6. Treinamento interno para seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produtos de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

4.4.7. Reciclagem/destinação adequada dos resíduos;

4.4.8. Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

4.5. Substituir, sempre que exigido pelo fiscal do contrato, qualquer profissional cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam prejudiciais, insatisfatórios à disciplina da repartição ou ao interesse do serviço, ou ainda, incompatíveis com a prestação de serviço que lhe forem atribuídas, inclusive nos casos de subcontratação.

Subcontratação

4.7. É permitida a subcontratação parcial do objeto nas seguintes condições:

4.7.1. Se previamente aprovada pela FISCALIZAÇÃO, devendo a empresa ou profissional indicados pela licitante contratada, antes do início da realização dos serviços, apresentar documentação que comprove sua habilitação jurídica, regularidade fiscal e a qualificação técnica necessária;

4.8. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.9. A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.10. O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.11. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

Garantia da contratação

4.12. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

4.13. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 9 horas às 16 horas que deverá ser agendada a visita técnica a ser realizada à Rua Marquês de Pombal, 125, 4º andar, Serviço de Comunicação Social do INCA – Centro – Rio de Janeiro/RJ. Marcar hora pelo telefone (21) 3207-5994.

4.14. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.15. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria:

4.15.1. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública;

4.15.2. Para a vistoria, o licitante ou o seu representante legal deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.16. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.17. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

4.18. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

Instalação de escritório

4.19. Considera-se imprescindível para a adequada execução dos serviços contratados que o fornecedor possua ou venha a instalar escritório contendo estrutura administrativa mínima, no município do Rio de Janeiro, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Margem de Preferência

4.20. O objeto da contratação não se enquadra na margem de preferência, conforme disposto na Resolução CICS/MGI nº 7, DE 23/12 /2024, da Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável - CICS.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Toda peça, campanha ou publicação poderá ser precedida de reunião de *briefing* e início de trabalho, com cronograma e planilha de acompanhamento de projeto, sujeitos a aprovação do Serviço de Comunicação Social (SECOMSO) do INCA.

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

	Descrição / Especificação do Material	Descrição do Serviço	Quant.
1. Projetos de comunicação digital, design gráfico/ editorial e produção audiovisual para o do câncer	Planejamento	Definição de plano global de trabalho, com criação de estratégia conceitual de comunicação para ser trabalhada ao longo de um ano para públicos interno e externo do INCA. Este plano inclui: <ul style="list-style-type: none">• Reuniões de briefing e levantamento de informações com o Serviço de Comunicação Social;• Análise do problema, definição de objetivos, oportunidades, público-alvo, recursos, definição da estratégia e dos meios de comunicação disponíveis;• Elaboração de cronograma de trabalho para execução dos serviços.	1
	Criação (definição de conceito criativo, redação e desenvolvimento de peças para campanhas integradas de Comunicação Interna e Externa; este serviço também inclui a definição e criação de identidade visual e ilustrações, de projeto gráfico, o copidesque, a revisão ortográfica das peças descritas neste item, normalização e padronização editorial, produção e fechamento de arquivo para publicação na internet e/ou envio à gráfica para impressão)	Publicação até 36 páginas com 20 ilustrações originais de baixa complexidade	20
		Peça publicitária impressa (banner, cartaz, filipeta, broadside, folheto, folder, outdoor, busdoor, etc)	40
		Peça publicitária digital (e-mail marketing, cards, banners digitais e cabeçalho para uso em sites e mídias sociais, banner para sites, etc.)	200
		Agenda institucional (capas e miolo)	1
		Calendário institucional - miolo com aproximadamente 26 páginas, suporte e base	1
		Ilustração original de baixa complexidade	100
		Infográfico	20
		Apresentação até 20 telas, conteúdo e layout	2

	Acompanhamento de produção gráfica	Acompanhamento da produção de provas gráficas, conferência das provas, aprovação junto à Contratante e acompanhamento da impressão com verificação da qualidade, cores, cabamentos e tempo de execução, respeitando os prazos estabelecidos junto ao Contratante.	40
	Prestação de serviço de fotografia (sessão fotográfica / cobertura fotográfica)	Estilo: sessão de fotos para peças (produzidas ou não pela CONTRATADA); fins de arquivo/banco de imagem; e cobertura de eventos. Duração: sessão única de até 4h. Locação: unidades do INCA.	20
	Prestação de serviço de fotografia (sessão fotográfica em estúdio)	Estilo: sessão de fotos para peças produzidas ou não CONTRATADA. Duração: sessão única de até 4h (com 1 ou mais personagens e modelos). Locação: estúdio profissional.	5
	Produção de vídeo com captação de imagem e edição — baixa complexidade — para mídias sociais	Estilo: tipo depoimento + cenas na locação. Duração: até 4 minutos. Gravação: sessão única de até 8h Locação: unidades do INCA. Personagens: até 5 personagens. Edição: 1 vídeo até 4 minutos. Legendagem, locução e trilha livre. Cartela de entrada e saída e letering de identificação. Até 5 inserções gráficas de animação. Trilha livre de direitos autorais de banco de mídia, se necessário. 1 videomaker com 1 câmeraman e 1 microfone. Ajustes de edição: até 5	50
	Produção de vídeo sem captação de imagem — baixa complexidade — (animação e videoarte)	Estilo: Animação digital, arte gráfica com trilha livre de direitos autorais de banco de mídia, se necessário ou sem trilha. Tamanho: até 10 telas. Duração: até 5 minutos. Legendagem e locução. Inclui imagens ou grafismos de banco. Ajustes de edição: até 5	5
	Gestão e monitoramento de perfis de mídias sociais digitais do INCA (Instagram e LinkedIn)	Planejamento estratégico mensal de conteúdo	12
		Planejamento, execução, postagens e interação com o público para posts e stories nas mídias sociais, de acordo com os temas pré-definidos: até 20 postagens por mês	12
		Monitoramento e análise de métricas, sentimento e KPI's1 , com produção de relatórios mensais	12
		Planejamento e elaboração de perguntas frequentes, produção e gestão de respostas automáticas para interação com o público	12
			12

5.1.3. A execução dos serviços será iniciada a partir das solicitações feitas pelo Serviço de Comunicação Social do INCA e possíveis reuniões de *briefing*, e terão o prazo máximo para execução indicados na planilha abaixo:

Prazo Máximo para Execução dos Serviços

Descrição do Serviço	Aceite provisório Prazo em dias úteis	Aceite definitivo Prazo em dias úteis
Planejamento (documento de apresentação do planejamento do ano)	10	15
Publicação até 36 páginas com 20 ilustrações originais de baixa complexidade	15	20
Peça publicitária impressa (banner, cartaz, filipeta, broadside, folheto, folder, outdoor, busdoor, etc)	7	10
Peça publicitária digital (e-mail marketing, cards, banners digitais e cabeçalho para uso em sites e mídias sociais, banner para sites, etc.)	3	5
Agenda institucional (capas e miolo)	20	30
Calendário institucional - miolo com aproximadamente 26 páginas, suporte e base	20	30
Ilustração original de baixa complexidade	7	10
Infográfico	7	10
Apresentação até 20 telas, conteúdo e layout	5	10
Acompanhamento da produção de provas gráficas, conferência das provas, aprovação junto à Contratante e acompanhamento da impressão com verificação da qualidade, cores, cabamentos e tempo de execução, respeitando os prazos estabelecidos junto ao Contratante.	5	15
Prestação de serviço de fotografia (sessão fotográfica / cobertura fotográfica)	3	5
Prestação de serviço de fotografia (sessão fotográfica em estúdio)	3	5
Produção de vídeo com captação de imagem e edição — baixa complexidade — para mídias sociais	15	20

Produção de vídeo sem captação de imagem — baixa complexidade — (animação e videoarte)	15	20
Gestão e monitoramento de perfis de mídias sociais digitais do INCA (Instagram e LinkedIn)	10	15

Rotinas a serem cumpridas

5.2. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, mantendo todos os materiais, equipamentos e utensílios para a realização dos serviços, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

Materiais a serem disponibilizados

5.3. O contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, para a perfeita execução dos serviços, promovendo sua substituição quando necessário.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.4. A demanda do órgão tem como base os serviços descritos no Quadro Estimativo de Serviços e Quantidades (item 5.1.2 deste Termo de Referência) os Requisitos da Contratação (item 4 deste Termo de Referência) e Obrigações da Contratada (item 11 deste Termo de Referência).

5.5. Os custos de transporte, assim como todos os custos decorrentes da execução dos serviços, são de responsabilidade da Contratada.

Especificação da garantia do serviço

5.6. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.7. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período do contrato

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.9. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à Contratada de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência.

6.10. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

6.11. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.12. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.13. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.14. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.15. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.16. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.17. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.18. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.19. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

6.20. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.21. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

6.22. Cabe ao gestor do contrato:

6.22.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.22.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.22.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.22.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.22.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.22.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.22.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.22.8. receber e dar encaminhamento imediato:

6.22.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174 /2024;

6.22.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o fins de pagamento considerará os serviços realizados dentro dos prazos definidos neste Termo de Referência (Item 5.1.3.) e aprovados no Relatório Mensal de Acompanhamento e Fiscalização de Contrato, após revisão da equipe do Serviço de Comunicação Social do INCA e verificação da qualidade gráfica, editorial e visual dos serviços.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1. não produziu os resultados acordados,

7.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

Do Recebimento

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.5. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.9. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos

7.10. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.10.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.11. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.12. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.13. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.14. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.15. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.16. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.17. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.17.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.17.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.17.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.17.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.17.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.18. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.19. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.20. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.21. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.22. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.23. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

I) o prazo de validade;

II) a data da emissão;

III) os dados do contrato e do órgão contratante;

IV) o período respectivo de execução do contrato;

V) o valor a pagar; e

VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.24. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.25. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.26. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.26.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.26.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.27. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.28. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.29. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.30. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.31. Após a autorização, a Contratada deverá encaminhar a Nota Fiscal/Fatura para o endereço **nuclenf@inca.gov.br**, aos cuidados da Divisão Orçamentária Financeira - DIOF, que abrirá o respectivo processo de pagamento, encaminhando-o para o gestor do contrato para que seja feita a instrução pertinente."

Prazo de pagamento

7.32. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.33. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.34. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.35. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.36. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.36.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.37. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

7.38. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, ou seja, da data da PLANILHA DE ORÇAMENTO elaborada pelo Serviço de Compras (SECOM/INCA) e utilizado para essa contratação.

7.39. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do (IPCA) exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.40. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.41. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.42. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.43. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.44. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.45. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de Crédito

7.46. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.47.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.47.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.47.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.47.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.48. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,5% (cinco décimos por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **30 (trinta)** dias.

8.2.4.2. Moratória de **0,07% (sete centésimos por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de **2% (dois por cento)**, pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.1.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **10% (dez por cento)** a **30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **10% (dez por cento)** a **20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **10% (dez por cento)** a **15% (quinze por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **5% (cinco por cento)** a **10% (dez por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **5% (cinco por cento)** a **10% (dez por cento)** do valor da contratação, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **30 (trinta)** dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Modo de Disputa

9.2. O modo de disputa será aberto.

9.3. Os detalhamentos das regras de desempate entre as propostas são as discriminadas no edital.

Regime de Execução

9.4. O regime de execução do objeto será de empreitada por Preço Unitário.

Exigências de habilitação

9.5. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.6. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.7. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.9. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.11. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.12. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.13. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.14. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.15. Não serão admitidos participação de Consórcios e Cooperativas.

9.15.1 Em razão das características do objeto a ser contratado, não será admitida a participação de consórcios e cooperativas no presente procedimento licitatório, nos termos da Lei nº 14.133/2021, especialmente em observância aos princípios da eficiência, da economicidade, do planejamento, da segregação de responsabilidades e do interesse público.

9.15.2 A vedação à participação de consórcios fundamenta-se na necessidade de assegurar execução uniforme, gestão contratual simplificada, fiscalização eficaz e responsabilização direta e integral da contratada, conforme autorizado pelo art. 15, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, o qual faculta à Administração restringir a participação de consórcios quando a complexidade ou a natureza do objeto não justificar a atuação conjunta de empresas.

9.15.3 Quanto às cooperativas, a restrição decorre da incompatibilidade entre o regime cooperativista e as exigências operacionais do objeto, que demandam subordinação direta, controle contínuo, pessoalidade e habitualidade na execução dos serviços, circunstâncias que podem caracterizar desvio da finalidade cooperativa e ensejar riscos de reconhecimento de vínculo empregatício, além de comprometer a adequada execução contratual, em desacordo com o interesse público.

9.15.4 Ressalta-se que a presente vedação não compromete a competitividade do certame, uma vez que se mostra necessária, proporcional e tecnicamente justificada, atendendo ao disposto nos arts. 5º, 11 e 15 da Lei nº 14.133/2021, com vistas a garantir a execução eficiente do objeto, a segurança jurídica do contrato e a adequada fiscalização pela Administração.

9.16. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.17. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.18. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.19. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.20. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.21. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.22. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;[A12]

9.23. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.24. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.25. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.26. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.27. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas :

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

9.28. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, **patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.**

9.29. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação

9.30. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.31. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.32. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.33. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

9.34. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.34.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

Qualificação Técnico-Operacional

9.35. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.35.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.35.1.1. contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 01 (um) ano do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes.

9.35.1.2. A empresa deverá apresentar Atestado de Capacidade Técnica para os serviços de planejamento e criação (definição de conceito criativo, redação e desenvolvimento de peças para campanhas integradas de Comunicação Interna e Externa, definição e criação de identidade visual e ilustrações, de projeto gráfico, o copidesque, a revisão ortográfica, normalização e padronização editorial de peças).

9.35.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.35.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor, desde que permaneçam à mesma pessoa jurídica.

9.35.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.35.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.36. Declaração de que o fornecedor possui ou instalará escritório no município do Estado do Rio de Janeiro, o que deverá ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contado a partir da vigência do contrato.

9.37. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.38. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

9.39. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar portfólio e trabalhos anteriores, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.

9.39.1 Os portfólios e trabalhos anteriores devem ser apresentados acompanhados dos respectivos atestados de capacidade técnica que especifiquem quais foram os serviços realizados pela empresa para análise técnica.

9.39.2 O material deverão ser entregues no Serviço de Apoio às Licitações - SEAL (Rua Marquês de Pombal, nº 125/8ª, Centro – Rio de Janeiro, no horário de 9h às 16h) ou por forma eletrônica, pelo e-mail cpl@inca.gov.br, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

9.39.3. O material apresentado pela empresa licitante estará sujeito à avaliação de designers gráficos, publicitários, relações públicas e jornalistas do Serviço de Comunicação Social do INCA, considerando o planejamento e descrição das ações e campanhas, projetos gráficos, a qualidade dos textos, layouts e das fotografias/ ilustrações e dos vídeos produzidos.

9.39.4 A empresa deverá apresentar Atestado de Capacidade Técnica em nome da licitante para os serviços de planejamento e criação (definição de conceito criativo, redação e desenvolvimento de peças para campanhas integradas de Comunicação Interna e Externa, definição e criação de identidade visual e ilustrações, de projeto gráfico, o copidesque, a revisão ortográfica, normalização e padronização editorial de peças descritas no item 5.1.2 deste Termo de Referência), mediante apresentação de um ou mais atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que ateste o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto deste Termo de Referência.

9.39.5 É facultada a prorrogação do prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.

9.39.6 No caso de não haver entrega do portfólio/trabalhos anteriores ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega do portfólio/trabalhos anteriores fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

9.39.7 Se o portfólio/trabalhos anteriores apresentados pelo primeiro classificado não forem aceitos, será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação dos portfólio/trabalhos anteriores e, assim, sucessivamente, até a verificação de portfólio/trabalhos anteriores que atendam às especificações constantes neste Termo de Referência e seus anexos.

9.39.8 A convocação de fornecedores para apresentação de portfólio/trabalhos anteriores cessará quando os próximos colocados estiverem com preços superiores ao estimado para o objeto.

9.39.9 Os portfólio/trabalhos anteriores colocados à disposição da Administração poderão ser manuseados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

9.39.10 Após a divulgação do resultado final do certame, o portfólio/trabalhos anteriores entregues poderão ser recolhidos pelos fornecedores no prazo de 10 (dez) dias, após o qual poderão ser descartados pela Administração, sem direito a ressarcimento.

9.39.11 Implica na desclassificação do fornecedor a apresentação de portfólios e trabalhos que não atendam às expectativas de qualidade na forma similar ou superior à do objeto.

Disposições gerais sobre habilitação

9.40. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.41. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.42. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.43. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.44. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. São obrigações do INCA:

10.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência;

10.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

10.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por

10.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

10.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência;

10.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei;

10.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

10.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente instrumento,

10.1.9. A Administração terá o prazo de 30 dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação;

10.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 dias;

10.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas deste instrumento;

10.1.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados

10.1.13. Realizar reuniões (presenciais ou virtuais) de início de trabalho nas dependências do INCA, no município do Rio de Janeiro, e aprovar cronogramas de execução dos serviços;

10.1.14. Fornecer *briefing* para concepção das ações, campanhas ou projetos gráficos/editoriais/visuais, bem como informações, textos e orientações à Contratada, a fim de que a mesma possa executar o objeto da licitação da forma acima descrita;

- 10.1.15. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor do Serviço de Comunicação Social do INCA especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 10.1.16. Decidir quanto à aprovação dos projetos de ações e campanhas e de todos os textos e imagens produzidos pela Contratada;
- 10.1.17. Decidir quanto à aprovação de projetos gráficos, layouts, editoração e diagramação de peças produzidas, das versões impressa e eletrônica, assim como fazer revisões dos materiais e conteúdos produzidos pela Contratada;
- 10.1.18. Encaminhar fotografias (quando não forem produzidas pela Contratada) que possam ser utilizadas na diagramação e edição das peças produzidas pela Contratada;
- 10.1.19. Orientar quanto à produção vídeos ou fotografias e/ou ilustrações para layouts, peças ou ações desenvolvidas pela Contratada;
- 10.1.20. Indicar a gráfica licitada pelo INCA para acompanhamento das peças (quando for o caso de material impresso);
- 10.1.21. Aprovar relatório mensal de acompanhamento e fiscalização de serviços realizados e finalizados e atestar nota fiscal emitida pela Contratada;

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste instrumento, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

11.1.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

11.1.2. Comunicar ao INCA, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

11.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

11.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

11.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução pelo INCA, quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

11.1.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

I - prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

II - certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

III - certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

IV - Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

V - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

11.1.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao INCA e não poderá onerar o objeto do contrato;

11.1.8. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto;

11.1.9. Paralisar, por determinação do INCA, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

11.1.10. Manter durante toda a vigência Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação e qualificação na licitação;

- 11.1.11. Cumprir, durante todo o período de execução do Contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 11.1.12. A fim de fiscalizar o cumprimento da reserva de cargos, a Administração poderá solicitar ao Contratado a sua comprovação;
- 11.1.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 11.1.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do INCA;
- 11.1.15. Quando aplicável, alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 11.1.16. Quando aplicável, orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018;
- 11.1.17. Quando aplicável, conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 11.1.18. Quando aplicável, submeter previamente, por escrito, ao INCA, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos;
- 11.1.19. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 11.1.20. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;
- 11.1.21. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato;
- 11.1.22. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado;
- 11.1.23. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo;
- 11.1.24. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, mantendo todos os materiais, equipamentos e utensílios para a realização dos serviços, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 11.1.25. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis;
- 11.1.26. Conduzir a execução dos serviços contratados, de acordo com as melhores técnicas profissionais, com estrita observância das leis vigentes e de conformidade com as condições do Contrato;
- 11.1.27. Colocar um gerente de conta/atendimento, de segunda-feira a sexta-feira, das 8h às 17h, para manter contato com o INCA sobre serviços a serem executados, sempre que necessário, com tempo de retorno máximo aos questionamentos dos profissionais de Comunicação Social do Instituto de quatro horas;
- 11.1.28. Disponibilizar um portador para entregar e retirar materiais no INCA, no município do Rio de Janeiro, e na gráfica licitada pelo INCA, desde que solicitado pela Contratante;
- 11.1.29. Comprometer-se a participar de reuniões (presenciais ou virtuais) de *briefing* (segundo critério do INCA), coordenadas pelo Serviço de Comunicação Social do INCA, e que acontecerão nas dependências do Instituto no município do Rio de Janeiro;
- 11.1.30. Cumprir rigorosamente todas as programações e atividades do objeto deste Termo de Referência, assim como os prazos previstos no cronograma a ser elaborado no início do projeto;
- 11.1.31. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo INCA, atendendo de imediato às solicitações;
- 11.1.32. Manter absoluto sigilo sobre todas as informações fornecidas pelo INCA postas à sua disposição para a execução dos serviços, e não reproduzir ou copiar, total ou parcialmente, nenhum documento ou arquivo de computador que lhe seja entregue, exceto nas necessidades decorrentes dos serviços objeto deste Termo de Referência, sob as penas da lei;

- 11.1.33. Criar projetos gráficos/editoriais, de acordo com as orientações do INCA, até a aprovação do Contratante;
- 11.1.34. Produzir todos os textos das peças, ações ou campanhas a partir de documentos e/ou outras fontes de informação que serão disponibilizadas pelo INCA;
- 11.1.35. Fazer revisão gramatical/ortográfica e copidesque de todos conteúdos em português antes da entrega final à Contratante;
- 11.1.36. Realizar normalização e padronização editorial das publicações produzidas;
- 11.1.37. Selecionar e tratar fotografias e/ou ilustrações produzidas pela Contratada ou fornecidas pelo INCA, sendo este o responsável final pela escolha de todo material fotográfico e gráfico que vier a ser utilizado, zelando pela sua guarda e qualidade final de impressão ou produção. Depois da publicação, as imagens devem ficar disponíveis com exclusividade para a Contratante;
- 11.1.38. Produzir fotografias, vídeos e/ou ilustrações para peças de comunicação integrada, ações e campanhas do INCA, sendo de responsabilidade da Contratada todos os recursos necessários para a produção das imagens (locação, modelos, equipamentos técnicos, softwares, etc.);
- 11.1.39. As fotografias deverão ser produzidas em alta resolução, de modo a permitir grandes ampliações sem perda de qualidade, por máquina fotográfica de categoria profissional, do tipo DSLR (Digital Single Lens Reflex) e respectivos acessórios compatíveis com o trabalho profissional;
- 11.1.40. Os personagens e profissionais envolvidos nos serviços de fotografia e vídeos devem ceder o direito de uso de imagem e o direito autoral através de instrumento legal. Deverá ser observada a legislação vigente no que diz respeito a direitos autorais e de cessão de imagem.
- 11.1.41. A CONTRATADA encarrega-se de colher eventuais autorizações para uso de imagem, quando necessário, e entregá-las ao Serviço de Comunicação Social do INCA, após a conclusão de cada trabalho;
- 11.1.42. Os serviços de fotografia e diagramação devem ser feitos com a aplicação de softwares atualizados para tratamento/edição de imagens específico para fotos e de editoração eletrônica, de propriedade da contratada;
- 11.1.43. Encaminhar os textos produzidos para avaliação e aprovação da equipe do Serviço de Comunicação Social do INCA;
- 11.1.44. Realizar alterações nos textos e na diagramação das peças desenvolvidas, quantas vezes forem necessárias, para a perfeita execução dos serviços contratados;
- 11.1.45. Realizar alterações em vídeos (com captação ou animações/videoarte) em até 5 (cinco) revisões de cortes;
- 11.1.46. Apresentar uma “boneca” de cada material impresso, quando solicitada, montada e impressa em tamanho real, em cores, para aprovação do Serviço de Comunicação Social do INCA;
- 11.1.47. Fechar arquivos e produzir arte-final;
- 11.1.48. Acompanhar produção gráfica, a partir de orientações recebidas do INCA, de acordo com prazos determinados pelo Contratante, e fazer o acompanhamento de impressão, sempre que solicitado;
- 11.1.49. Realizar revisão de provas gráficas e correções nos arquivos finalizados, quantas vezes forem necessárias, para a perfeita execução dos serviços contratados;
- 11.1.50. Produzir versão digital em PDF para impressão e publicação na Web (completa e dividida em capítulos) das peças produzidas, quando solicitado;
- 11.1.51. No caso de vídeos, produzir arquivos em alta resolução (HD), com as edições solicitadas, para uso em internet;
- 11.1.52. Assumir todo ônus decorrente de ações judiciais, por danos causados a terceiros, direta ou indiretamente em razão da execução das obrigações pactuadas;
- 11.1.53. As ilustrações e animações produzidas dentro do contrato a ser assinado poderão ser utilizadas pela Contratante a qualquer tempo em materiais diversos conforme o interesse público;
- 11.1.54. Produzir relatório mensal detalhado de serviços realizados, finalizados e aceitos definitivamente e encaminhar para aprovação do fiscal de contrato do Serviço de Comunicação Social do INCA;
- 11.1.55. Enviar nota fiscal após aprovação do Relatório Mensal de Acompanhamento e Fiscalização de Contrato;

- 11.1.56. A Contratada poderá, de acordo com suas necessidades, substituir profissionais da equipe, desde que autorizado pela CONTRATANTE e desde que o novo profissional também possua os requisitos definidos no item 5.4.1 deste Termo de Referência. A substituição constante de técnicos da empresa, por ineficiência na execução das atividades, será considerada falha na execução do contrato, ficando sujeita às sanções previstas na lei e neste certame;
- 11.1.57. A empresa deverá entregar ao Serviço de Comunicação Social do INCA, após a conclusão de cada trabalho, em meio eletrônico (incluindo ambientes virtuais de transferência de arquivos), todo o conteúdo da edição (arte final), com todas as fontes utilizadas e imagens compradas/tratadas/produzidas (gráficos, infográficos, tabelas, fotografias, ilustrações) em arquivos abertos e editáveis, com todos os elementos e camadas que os compõem, não sendo permitido arquivos com imagens chapadas dentro de outros arquivos. Todos os arquivos deverão permitir alterações futuras caso o INCA tenha necessidade de reproduzir os materiais (arquivos originais e abertos);
- 11.1.58. No caso de vídeos, a empresa deverá entregar ao Serviço de Comunicação Social do INCA, após a conclusão de cada trabalho, em pendrive ou HDmovei (para backups), todo o conteúdo da edição, incluindo versão editável do vídeo e filmagens brutas;
- 11.1.59. Exigir da equipe de trabalho o fiel cumprimento das normas de segurança patrimonial e pessoal do INCA, inclusive quanto à identificação funcional (quando for o caso);
- 11.1.60 Observar o pleno cumprimento das obrigações pactuadas, procedendo à verificação dos serviços, da empresa e em conjunto com o representante do INCA;
- 11.1.61. Observar, durante a execução dos serviços contratados, o fiel cumprimento de todas as leis federais, estaduais e municipais vigentes ou que venham a vigorar, sendo a única responsável pelas infrações que venham a ser cometidas;
- 11.1.62. Reconhecer todos os direitos da Administração (INCA), em caso de rescisão administrativa, no sentido de evitar solução de continuidade nas atividades dependentes deste contrato, em decorrência da inexecução ou rescisão deste contrato.

12. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

12.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ 1.037.800,00, conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 do Termo de Referência.

13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

13.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/unidade: 250052
- II) Fonte de recursos: 1002000000
- III) Programa de trabalho: 10 302 5118 8758 0033;
- IV) Elemento de despesa: 339039 (serviço s/ MO)
- V) Plano interno: 234640

13.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO – Ano 2026					
Processo nº25410.019021/2025-64					
JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN

-	-	-	-	R\$ 86.483,3333	R\$ 86.483,3333
JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
R\$ 86.483,3333	R\$ 86.483,3333	R\$ 86.483,3333	R\$ 86.483,3333	R\$ 86.483,3333	R\$ 86.483,3333
Total estimado para o exercício:				R\$ 691.866,67	
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO – Ano 2027					
Processo nº25410.019021/2025-64					
JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
R\$ 86.483,3333	R\$ 86.483,3333	R\$ 86.483,3333	R\$ 86.483,3333	R\$ 86.483,3333	-
JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
-	-	-	-	-	-
Total estimado para o exercício:				R\$ 345.933,33	

14. DISPOSIÇÕES FINAIS

OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 14.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.
- 14.2. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 14.3. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 14.4. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 14.5. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
- 14.6. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 14.7. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 14.8. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 14.9. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados. 14.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

14.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

14.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

14.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD. 14.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

14.12. Fica eleito o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Rio de Janeiro - RJ, para dirimir os litígios que decorrerem da execução do Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133 /2021.

15. VERSÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Modelo de Termo de Referência para Obras e Serviços, exceto TIC – Licitação e Contratação Direta - Lei nº 14.133, de 2021

Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação

Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

Atualização: DEZ/2025

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MARISE MENTZINGEN PAZ

Chefe do Serviço de Comunicação Social - SECOMSO

MARCOS FABIO MEDEIROS VIEIRA

Analista em Ciência Tecnologia

MARCELO MELLO MADEIRA

Assistente em Ciência Tecnologia

JULIO CESAR MOREIRA DOS SANTOS

Chefe do Serviço de Compras • INCA



Assinou eletronicamente em 02/06/2026 às 13:04:17.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Estudo Técnico Preliminar 160_2025.pdf (131.73 KB)
- Anexo II - Planilha de Preços de Serviços - Referencial.pdf (137.02 KB)
- Anexo III - Planilha de Preços em Branco - para preenchimento das licitantes.pdf (66.01 KB)
- Anexo IV - Atesto assinatura do Termo de Referência Digital.pdf (177.58 KB)
- Anexo V - Planilha de Orçamento.pdf (176.65 KB)



Ministério da Saúde
Secretaria de Atenção Especializada à Saúde
Instituto Nacional de Câncer
Coordenação de Administração Geral
Divisão de Suprimentos
Serviço de Compras

ATESTO

1. Atesto que o Termo de Referência Digital Nº 736/2025 foi elaborado pelos servidores abaixo assinados.



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Fabio Medeiros Vieira, Analista em Ciência e Tecnologia**, em 11/03/2026, às 15:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marise Mentzingen Paz, Chefe do Serviço de Comunicação Social**, em 11/03/2026, às 16:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Mello Madeira, Assistente em Ciência e Tecnologia**, em 11/03/2026, às 17:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0053920770** e o código CRC **B8C6E77B**.

INSTITUTO NACIONAL DO CANCER - RJ

Estudo Técnico Preliminar 160/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 25410.019021/2025-64

2. Descrição da necessidade

OBJETO DA CONTRATAÇÃO

Contratação de empresa especializada de comunicação para planejamento e execução de campanhas e peças de comunicação interna e externa do Instituto Nacional de Câncer (INCA), englobando estudo, concepção, planejamento, pesquisa, produção, cronograma e execução, bem como a produção de materiais, peças, vídeos (captação ou animações/videoarte), comunicação relevante, prestação de serviço de fotografia e esforços de interesse do INCA, compreendendo as seguintes modalidades:

- a. Comunicação interna: objetiva informar, mobilizar, envolver, integrar o público interno da instituição; e
- b. Comunicação externa: no INCA, essa comunicação enfoca-se basicamente em dois tipos:
 - Publicidade de Utilidade Pública: a que se destina a divulgar direitos, produtos e serviços colocados à disposição dos cidadãos, com o objetivo de informar, educar, orientar, mobilizar, prevenir ou alertar a população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios individuais ou coletivos e que melhorem a sua qualidade de vida;
 - Publicidade Institucional: a que se destina a divulgar atos, ações, programas, obras, serviços, campanhas, metas e resultados dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, com o objetivo de atender ao princípio da publicidade, de valorizar e fortalecer as instituições públicas, de estimular a participação da sociedade no debate, no controle e na formulação de políticas públicas e de promover o Brasil no exterior.

JUSTIFICATIVA

O novo processo licitatório será em substituição ao contrato atual — Processo: 25410.011861/2021-55 / Contrato: 081/2023 — que terá seu prazo de vigência restante **encerrado** em 27/12/2025.

De acordo com a Lei nº 14.758, de 19 de dezembro de 2023, que institui a Política Nacional de Prevenção e Controle do Câncer no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e o Programa Nacional de Navegação da Pessoa com Diagnóstico de Câncer; e altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), estabelece, em seu Art. 3º., como diretrizes da comunicação:

XVII - estímulo à formulação de estratégias de comunicação com a população em parceria com os movimentos sociais, com os profissionais da saúde e com outros atores sociais, que permitam disseminar e ampliar o conhecimento sobre o câncer e seus fatores de risco, as diversas diretrizes de prevenção e controle da doença e a tradução do conhecimento para os diversos públicos-alvo.

Cabe ao INCA, portanto, planejar e desenvolver ações, materiais institucionais e de utilidade pública e campanhas de comunicação interna e externa por meio dos quais possa estabelecer comunicação com os diversos públicos, disseminando conhecimento especializado e dirigido para o controle do câncer. Faz-se necessário, para isso, contratar serviço especializado de comunicação para o desenvolvimento de ações e peças para divulgação, sensibilização e informação pública que possam ser utilizadas pelo INCA e seus parceiros, em todos os segmentos da sociedade ou regiões do país criando canais de comunicação de fácil compreensão, formato agradável, com informações confiáveis e atuais, e que possam servir como ferramenta de multiplicação das ações do INCA, em alinhamento com as ações da Assessoria de Comunicação (ASCOM) do Ministério da Saúde e da Secretaria de Comunicação Social (SECOM) da Presidência da República.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Serviço de Comunicação Social (SECOMSO)/Gabinete	Marise Mentzingen Paz - Chefe do SECOMSO

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A empresa de comunicação a ser contratada para realizar o planejamento e a execução de campanhas e peças de comunicação interna e externa do Instituto Nacional de Câncer (INCA), será responsável pelas atividades descritas no Quadro Estimativo de Serviços, que englobam ações como:

- Planejamento e desenvolvimento de ações e campanhas corporativas de comunicação interna, externa ou mista, de acordo com os itens especificados na planilha de serviços;
- Criação de campanhas de comunicação para mídia impressa, eletrônica e audiovisual, incluindo concepção e conceito criativo, direção de arte, projeto gráfico, edição, redação, copidesque, revisão ortográfica, diagramação, finalização das peças, prestação de serviço de fotografia e produção de vídeos de baixa complexidade. Para efeito de orçamento, a empresa deve basear-se apenas na quantidade e nas especificações dos itens previstos no Quadro Estimativo de Serviços.

Trata-se de serviço comum, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade Pregão, em sua forma eletrônica.

Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

Dentre as obrigações da Contratada que serão detalhadas no Termo de Referência, seguem abaixo alguns requisitos importantes para a contratação:

- Os custos de transporte, assim como todos os custos decorrentes da execução dos serviços, são de responsabilidade da Contratada.
- A Contratada deverá obedecer aos prazos de cronogramas a serem estabelecidos e aprovados pela Contratante nas reuniões de trabalho.
- A empresa deverá apresentar declaração de capacidade técnica em nome da licitante, mediante apresentação de um ou mais atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que ateste o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da contratação.
- A empresa deverá apresentar declaração de que dispõe de pessoal técnico especializado e em número suficiente para o atendimento do objeto da licitação, com descrição do perfil da equipe que atenderá o órgão licitante. No entanto, a equipe mínima sugerida não será, obrigatoriamente, de atendimento exclusivo ao INCA.

EQUIPE MÍNIMA para realização do projeto:

- Gerente de conta/atendimento no município do Rio de Janeiro (um) – responsável pela execução de atividades técnicas/administrativas e de atendimento ao cliente, deverá ser graduado em Comunicação Social ou Administração de Empresas. Com experiência comprovada na execução de atividades técnicas/administrativas e de atendimento ao cliente;
- Redator (um) – o profissional deverá ser graduado em Comunicação Social, com experiência comprovada e perfil para execução de atividades de redação publicitária, edição e ações de comunicação integrada;
- Revisor ortográfico e copidesque (um) – o profissional deverá ser graduado em Letras. Com experiência comprovada e perfil de revisão gramatical na língua portuguesa e copidesque;
- Diretor de arte (um) - profissional de criação formado em Publicidade ou Desenho Industrial, com habilitação em Comunicação Visual /Programação Visual ou formação equivalente, especializado em desenvolver a parte visual e gráfica das peças publicitárias, projeto e execução da parte visual incluindo cenografia, figurinos, objetos de cena, etc. Trabalha em conjunto com o redator, para a criação de peças publicitárias. Nesse sentido ele deve ter conhecimento em áreas como design gráfico, audiovisual, multimídia, (design editorial, web, TV).
- Designers gráficos (mínimo de dois) – os profissionais deverão ser graduados em Desenho Industrial, com habilitação em Comunicação Visual /Programação Visual ou formação equivalente. Com experiência comprovada e perfil de criação de projeto gráfico, diagramação e editoração eletrônica;
- Publicitário (um)– o profissional deverá ser graduado em Publicidade. Com experiência comprovada no planejamento e execução de ações de comunicação integrada, com ênfase em publicidade, em grau de maior complexidade;
- Ilustrador – o profissional deverá ter experiência comprovada na produção de imagens/ilustrações (este serviço será realizado sob demanda e com autorização do Serviço de Comunicação Social do INCA, de acordo com o quadro de serviços do Termo de Referência);
- Videomaker — o profissional deverá ter experiência comprovada na produção de vídeos (captação de imagem e/ou animações).

A comprovação da formação acadêmica e da experiência profissional será feita por meio de diploma, Carteira de Trabalho ou Contrato de Trabalho e Curriculum Vitae dos profissionais, contendo suas qualificações e experiência profissional, discriminando suas áreas de atuação, constando, entre outros dados, o(s) nome(s) da(s) empresa(s) ou instituição(ões) na(s) qual(is) desempenhou a(s) respectiva(s) função(ões); cópia(s) do(s) diploma(s)/certificado(s), ou declaração(ões) ou atestado(s) ou certidão(ões), no que couber.

Os cargos definidos para compor a equipe mínima de trabalho precisam ser ocupados por profissionais distintos, de acordo com a formação/graduação e experiência necessárias.

Entende-se, para fins deste Estudo Preliminar, como pertencente ao quadro permanente do licitante, na data prevista para entrega da proposta, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato/estatuto social; o administrador ou o diretor; o

empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou declaração de compromisso de vinculação futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame.

A contratada deverá substituir, sempre que exigido pelo fiscal do contrato, qualquer profissional cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam prejudiciais, insatisfatórios à disciplina da repartição ou ao interesse do serviço, ou ainda, incompatíveis com a prestação de serviço que lhe forem atribuídas, inclusive nos casos de subcontratação.

A contratada deverá centralizar o gerenciamento do objeto deste contrato no Rio de Janeiro/RJ, onde, para esse fim, manterá escritório. Essa centralização justifica-se pelo fato de a sede do INCA também estar localizada no Rio de Janeiro/RJ, o que facilitará as tratativas entre o Órgão e a contratada com vistas a tornar a execução do contrato mais tempestiva, completa, eficiente e efetiva.

A manutenção de escritório no Rio de Janeiro/RJ não impedirá a contratada de utilizar-se de sua matriz ou de seus representantes em outros estados, se for o caso, para serviços de criação e de produção ou outros complementares ou acessórios que venham a ser necessários, desde que garantidas as condições previamente acordadas e estipuladas em contrato.

Responder pelos danos causados ao INCA ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução dos serviços.

Início do Serviço - A partir da data de assinatura da Ordem de Início de Serviço emitida pelo Serviço de Comunicação Social do INCA.

Prazo de Execução - Durante a vigência do contrato.

Forma de pagamento - Através de ordem bancária.

Forma de contratação - Através de contrato firmado entre ambas as partes.

4.2. Da vigência do contrato

O contrato terá vigência de 12 meses, podendo ser prorrogado até o limite de 10 anos, nos termos do arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

5. Levantamento de Mercado

Dentre os instrumentos de planejamento, em um primeiro momento, foi realizada uma pesquisa prévia de preços no [compras.gov](https://compras.gov.br), no Banco de Preços e consulta a Fornecedores.

Todos os valores estão anexados neste estudo Técnico Preliminar.

6. Descrição da solução como um todo

JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO

A contratação de empresa especializada de comunicação para planejamento e execução de campanhas e peças de comunicação interna e externa, por meio de licitação, é prática consagrada por todo Executivo Federal.

De acordo com Portaria nº 874, de 16 de maio 2013, que institui a Política Nacional para a Prevenção e Controle do Câncer na Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), Seção VIII, Art. 20, são diretrizes da comunicação em saúde no âmbito da Política Nacional para a Prevenção e Controle do Câncer:

Estabelecimento de estratégias de comunicação com a população, com os profissionais de Saúde e com outros atores sociais, que permitam disseminar e ampliar o conhecimento sobre o câncer, seus fatores de risco e as diversas estratégias de prevenção e de controle, buscando a tradução do conhecimento para os diversos públicos-alvo;

Estímulo às ações de fortalecimento da capacidade individual e coletiva de comunicação em saúde, promovendo mudanças a favor da promoção da saúde, da prevenção e do controle do câncer.

Cabe ao INCA, portanto, planejar e desenvolver ações, materiais institucionais e de utilidade pública e campanhas de comunicação interna e externa por meio dos quais possa estabelecer comunicação com os diversos públicos, disseminando conhecimento especializado e dirigido para o controle do câncer. Faz-se necessário, para isso, contratar serviço especializado de comunicação para o desenvolvimento de ações e peças para divulgação, sensibilização e informação pública que possam ser utilizadas pelo INCA e seus parceiros, em todos os segmentos da sociedade ou regiões do país criando canais de comunicação de fácil compreensão, formato agradável, com informações confiáveis e atuais, e que possam servir como ferramenta de multiplicação das ações do INCA, em alinhamento com as ações da ASCOM/MS e da SECOM da Presidência da República.

Especificações técnicas dos serviços prestados:

Planejamento e desenvolvimento de ações e campanhas corporativas de Comunicação interna, externa ou mista, de acordo com os itens especificados abrange a prestação de serviço deste estudo técnico preliminar.

Criação de campanhas de comunicação para mídia impressa, eletrônica e audiovisual, incluindo concepção e conceito criativo, direção de arte, projeto gráfico, edição, redação, copidesque, revisão ortográfica, diagramação, finalização das peças, prestação de serviço de fotografia e produção de vídeos de baixa complexidade.

As atualizações dos itens e respectivas quantidades para o novo processo licitatório foram feitas a partir das necessidades atuais do INCA, dos novos recursos tecnológicos e da troca de experiência de trabalho com a Contratada atual nos últimos quatro anos (desde 2021).

Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

serviço continuado, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva;

Dentre as obrigações da Contratada, destacam-se a seguir dois requisitos importantes para a contratação

Os custos de transporte, assim como todos os custos decorrentes da execução dos serviços, são de responsabilidade da Contratada.

A Contratada deverá obedecer aos prazos de cronogramas a serem estabelecidos e aprovados pela Contratante nas reuniões de trabalho.

O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses.

A empresa deverá apresentar declaração de que disporá de pessoal técnico especializado e em número suficiente para o atendimento do objeto da licitação, com descrição do perfil da equipe que atenderá o órgão licitante. No entanto, a equipe mínima sugerida não será, obrigatoriamente, de atendimento exclusivo ao INCA.

EQUIPE MÍNIMA para realização do projeto:

- **Gerente de conta/atendimento no município do Rio de Janeiro** – responsável pela execução de atividades técnicas /administrativas e de atendimento ao cliente, deverá ser graduado em Comunicação Social ou Administração de Empresas. Com experiência comprovada na execução de atividades técnicas/administrativas e de atendimento ao cliente;
- **Redator** – o profissional deverá ser graduado em Comunicação Social, com experiência comprovada e perfil para execução de atividades de redação publicitária, edição e ações de comunicação integrada;
- **Revisor ortográfico e copidesque** – o profissional deverá ser graduado em Letras. Com experiência comprovada e perfil de revisão gramatical na língua portuguesa e copidesque;
- **Diretor de arte** - profissional de criação formado em Publicidade ou Desenho Industrial, com habilitação em Comunicação Visual /Programação Visual ou formação equivalente, especializado em desenvolver a parte visual e gráfica das peças publicitárias, projeto e execução da parte visual incluindo cenografia, figurinos, objetos de cena, etc. Trabalha em conjunto com o redator, para a criação de peças publicitárias. Nesse sentido ele deve ter conhecimento em áreas como design gráfico, audiovisual, multimídia, (design editorial, web, TV);
- **Designers gráficos (mínimo de 2)** – os profissionais deverão ser graduados em Desenho Industrial, com habilitação em Comunicação Visual/Programação Visual ou formação equivalente. Com experiência comprovada e perfil de criação de projeto gráfico, diagramação e editoração eletrônica;
- **Publicitário** – o profissional deverá ser graduado em Publicidade. Com experiência comprovada no planejamento e execução de ações de comunicação integrada, com ênfase em publicidade, em grau de maior complexidade;
- **Ilustrador** – o profissional deverá ter experiência comprovada na produção de imagens/ilustrações (este serviço será realizado sob demanda e com autorização do Serviço de Comunicação Social do INCA, de acordo com o Quadro de Estimativa dos Serviços deste Estudo Técnico Preliminar);
- **Videomaker** — o profissional deverá ter experiência comprovada na produção de vídeos (captação de imagem e/ou animações).

A Contratante poderá sugerir à Contratada, sempre que necessário, a substituição de qualquer profissional cuja atuação for considerada insatisfatória para manter a qualidade na prestação dos serviços (descritos no item 7 deste Estudo Técnico Preliminar) que lhe forem atribuídos.

A Contratada deverá centralizar o gerenciamento do objeto deste contrato no município do Rio de Janeiro/RJ, onde, para esse fim, manterá escritório. Essa centralização justifica-se pelo fato de a sede do INCA também estar localizada no Rio de Janeiro/RJ, o que

facilitará as tratativas entre o Órgão e a contratada com vistas a tornar a execução do contrato mais tempestiva, completa, eficiente e efetiva.

A manutenção de escritório no Rio de Janeiro/RJ não impedirá a contratada de utilizar-se de sua matriz ou de seus representantes em outros estados, se for o caso, para serviços de criação e de produção ou outros complementares ou acessórios que venham a ser necessários, desde que garantidas as condições previamente acordadas e estipuladas em contrato.

Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.,

Executar os serviços conforme especificações deste Estudo Técnico e de sua proposta;

Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada cujos empregados vinculados ao serviço sejam regidos pela CLT deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Municipal / Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;

Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato;

Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações.

Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo;

Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015;

Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos;

Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, mantendo todos os materiais, equipamentos e utensílios para a realização dos serviços, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

Assegurar à Contratante, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

Conduzir a execução dos serviços contratados, de acordo com as melhores técnicas profissionais, com estrita observância das leis vigentes e de conformidade com as condições do Contrato;

Prestar os serviços contratados objetivando resultados que atinjam os mais altos padrões de excelência, respondendo pela sua boa qualidade, mediante utilização de equipe técnica indicada, composta de pessoas experientes e qualificadas para sua execução;

Colocar um gerente de conta/atendimento, de segunda-feira a sexta-feira, das 8h às 17h, para manter contato com o INCA sobre serviços a serem executados, sempre que necessário, com tempo de retorno máximo aos questionamentos dos profissionais de Comunicação Social do Instituto de quatro horas;

Disponibilizar um portador para entregar e retirar materiais no INCA, no município do Rio de Janeiro, e na gráfica licitada pelo INCA, desde que solicitado pela Contratante;

Comprometer-se a participar de reuniões (presenciais ou virtuais) de *briefing* (segundo critério do INCA), coordenadas pelo Serviço de Comunicação Social do INCA, e que acontecerão nas dependências do Instituto no município do Rio de Janeiro;

Cumprir rigorosamente todas as programações e atividades do objeto deste Estudo Técnico Preliminar, assim como os prazos previstos no cronograma a ser elaborado no início do projeto;

Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo INCA, atendendo de imediato às solicitações;

Manter absoluto sigilo sobre todas as informações fornecidas pelo INCA postas à sua disposição para a execução dos serviços, e não reproduzir ou copiar, total ou parcialmente, nenhum documento ou arquivo de computador que lhe seja entregue, exceto nas necessidades decorrentes dos serviços objeto deste Estudo Técnico Preliminar, sob as penas da lei;

Criar projetos gráficos/editoriais, de acordo com as orientações do INCA, até a aprovação do Contratante;

Produzir todos os textos das peças, ações ou campanhas a partir de documentos e/ou outras fontes de informação que serão disponibilizadas pelo INCA;

Fazer revisão gramatical/ortográfica e copidesque de todos conteúdos em português antes da entrega final à Contratante;

Realizar normalização e padronização editorial das publicações produzidas;

Selecionar e tratar fotografias e/ou ilustrações produzidas pela Contratada ou fornecidas pelo INCA, sendo este o responsável final pela escolha de todo material fotográfico e gráfico que vier a ser utilizado, zelando pela sua guarda e qualidade final de impressão ou produção. Depois da publicação, as imagens devem ficar disponíveis com exclusividade para a Contratante;

Produzir fotografias, vídeos e/ou ilustrações para peças de comunicação integrada, ações e campanhas do INCA, sendo de responsabilidade da Contratada todos os recursos necessários para a produção das imagens (locação, modelos, equipamentos técnicos, softwares, etc.);

As fotografias deverão ser produzidas em alta resolução, de modo a permitir grandes ampliações sem perda de qualidade, por máquina fotográfica de categoria profissional, do tipo DSLR (Digital Single Lens Reflex) e respectivos acessórios compatíveis com o trabalho profissional;

Os personagens e profissionais envolvidos nos serviços de fotografia e vídeos devem ceder o direito de uso de imagem e o direito autoral através de instrumento legal. Deverá ser observada a legislação vigente no que diz respeito a direitos autorais e de cessão de imagem.

A CONTRATADA encarrega-se de colher eventuais autorizações para uso de imagem, quando necessário, e entregá-las ao Serviço de Comunicação Social do INCA, após a conclusão de cada trabalho;

Os serviços de fotografia e diagramação devem ser feitos com a aplicação de softwares atualizados para tratamento/edição de imagens específico para fotos e de editoração eletrônica, de propriedade da contratada;

Encaminhar os textos produzidos para avaliação e aprovação da equipe do Serviço de Comunicação Social do INCA;

Realizar alterações nos textos e na diagramação das peças desenvolvidas, quantas vezes forem necessárias, para a perfeita execução dos serviços contratados;

Realizar alterações em vídeos (com captação ou animações/videoarte) em até 5 (cinco) revisões de cortes;

Apresentar uma “boneca” de cada material impresso, quando solicitada, montada e impressa em tamanho real, em cores, para aprovação do Serviço de Comunicação Social do INCA;

Fechar arquivos e produzir arte-final;

Acompanhar produção gráfica, a partir de orientações recebidas do INCA, de acordo com prazos determinados pelo Contratante, e fazer o acompanhamento de impressão, sempre que solicitado;

Realizar revisão de provas gráficas e correções nos arquivos finalizados, quantas vezes forem necessárias, para a perfeita execução dos serviços contratados;

Produzir versão digital em PDF para impressão e publicação na Web (completa e dividida em capítulos) das peças produzidas, quando solicitado;

No caso de vídeos, produzir arquivos em alta resolução (HD), com as edições solicitadas, para uso em internet;

Assumir todo ônus decorrente de ações judiciais, por danos causados a terceiros, direta ou indiretamente em razão da execução das obrigações pactuadas;

As ilustrações e animações produzidas dentro do contrato a ser assinado poderão ser utilizadas pela Contratante a qualquer tempo em materiais diversos conforme o interesse público;

Produzir relatório mensal detalhado de serviços realizados, finalizados e aceitos definitivamente e encaminhar para aprovação do fiscal de contrato do Serviço de Comunicação Social do INCA;

Enviar nota fiscal após aprovação do Relatório Mensal de Acompanhamento e Fiscalização de Contrato;

A Contratada poderá, de acordo com suas necessidades, substituir profissionais da equipe, desde que autorizado pela CONTRATANTE e desde que o novo profissional também possua os requisitos definidos. A substituição constante de técnicos da empresa, por ineficiência na execução das atividades, será considerada falha na execução do contrato, ficando sujeita às sanções previstas na lei e neste certame;

A empresa deverá entregar ao Serviço de Comunicação Social do INCA, após a conclusão de cada trabalho, em meio eletrônico (incluindo ambientes virtuais de transferência de arquivos), todo o conteúdo da edição (arte final), com todas as fontes utilizadas e imagens compradas/tratadas/produzidas (gráficos, infográficos, tabelas, fotografias, ilustrações) em arquivos abertos e editáveis, com todos os elementos e camadas que os compõem, não sendo permitido arquivos com imagens chapadas dentro de outros arquivos. Todos os arquivos deverão permitir alterações futuras caso o INCA tenha necessidade de reproduzir os materiais (arquivos originais e abertos);

No caso de vídeos, a empresa deverá entregar ao Serviço de Comunicação Social do INCA, após a conclusão de cada trabalho, em pendrive ou HDmove (para backups), todo o conteúdo da edição, incluindo versão editável do vídeo e filmagens brutas;

Exigir da equipe de trabalho o fiel cumprimento das normas de segurança patrimonial e pessoal do INCA, inclusive quanto à identificação funcional (quando for o caso);

Manter, durante o período de duração do presente instrumento de contrato, todas as condições de habilitação e qualificação previamente exigidas, quando da fase de habilitação da licitação que deu origem ao presente contrato;

Observar o pleno cumprimento das obrigações pactuadas, procedendo à verificação dos serviços, da empresa e em conjunto com o representante do INCA;

Observar, durante a execução dos serviços contratados, o fiel cumprimento de todas as leis federais, estaduais e municipais vigentes ou que venham a vigorar, sendo a única responsável pelas infrações que venham a ser cometidas;

Reconhecer todos os direitos da Administração (INCA), em caso de rescisão administrativa, no sentido de evitar solução de continuidade nas atividades dependentes deste contrato, em decorrência da inexecução ou rescisão deste contrato.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

O quantitativo dos serviços foi definido a partir de reuniões da equipe do Serviço de Comunicação Social do INCA e da avaliação do contrato atual firmado com a empresa Chá com Nozes Propaganda Ltda., Processo: 25410.011861/2021-55 / Contrato: 081/2023, contemplando os seguintes produtos (e quantidades) de comunicação postos à disposição do INCA:

QUADRO ESTIMATIVO DE SERVIÇOS			
	Descrição / Especificação do Material	Descrição do Serviço	Quant.
1. Projetos de comunicação digital, design gráfico/ editorial e produção audiovisual para o do câncer	Planejamento	Definição de plano global de trabalho, com criação de estratégia conceitual de comunicação para ser trabalhada ao longo de um ano para públicos interno e externo do INCA. Este plano inclui: <ul style="list-style-type: none">• Reuniões de briefing e levantamento de informações com o Serviço de Comunicação Social;• Análise do problema, definição de objetivos, oportunidades, público-alvo, recursos, definição da estratégia e dos meios de comunicação disponíveis;• Elaboração de cronograma de trabalho para execução dos serviços.	1
		Publicação até 36 páginas com 20 ilustrações originais de baixa complexidade	20
	Criação (definição de conceito criativo, redação e desenvolvimento de peças para campanhas integradas de Comunicação Interna e Externa; este serviço também inclui a definição e criação de identidade visual e ilustrações, de projeto gráfico, o copidesque, a revisão ortográfica das peças descritas neste item, normalização e padronização editorial, produção e fechamento de	Peça publicitária impressa (banner, cartaz, filipeta, broadside, folheto, folder, outdoor, busdoor, etc)	40
		Peça publicitária digital (e-mail marketing, cards, banners digitais e cabeçalho para uso em sites e mídias sociais, banner para sites, etc.)	200

arquivo para publicação na internet e /ou envio à gráfica para impressão)	Agenda institucional (capas e miolo)	1
	Calendário institucional - miolo com aproximadamente 26 páginas, suporte e base	1
	Ilustração original de baixa complexidade	100
	Infográfico	20
	Apresentação até 20 telas, conteúdo e layout	2
Acompanhamento de produção gráfica	Acompanhamento da produção de provas gráficas, conferência das provas, aprovação junto à Contratante e acompanhamento da impressão com verificação da qualidade, cores, acabamentos e tempo de execução, respeitando os prazos estabelecidos junto ao Contratante.	40
Prestação de serviço de fotografia (sessão fotográfica / cobertura fotográfica)	Estilo: sessão de fotos para peças (produzidas ou não pela CONTRATADA); fins de arquivo/banco de imagem; e cobertura de eventos. Duração: sessão única de até 4h. Locação: unidades do INCA.	20
Prestação de serviço de fotografia (sessão fotográfica em estúdio)	Estilo: sessão de fotos para peças produzidas ou não CONTRATADA. Duração: sessão única de até 4h (com 1 ou mais personagens e modelos). Locação: estúdio profissional.	5
Produção de vídeo com captação de imagem e edição — baixa complexidade — para mídias sociais	Estilo: tipo depoimento + cenas na locação. Duração: até 4 minutos. Gravação: sessão única de até 8h Locação: unidades do INCA. Personagens: até 5 personagens. Edição: 1 vídeo até 4 minutos. Legendagem, locução e trilha livre.	50

		<p>Cartela de entrada e saída e letering de identificação. Até 5 inserções gráficas de animação.</p> <p>Trilha livre de direitos autorais de banco de mídia, se necessário.</p> <p>1 videomaker com 1 câmeraman e 1 microfone. Ajustes de edição: até 5</p>	
	<p>Produção de vídeo sem captação de imagem — baixa complexidade — (animação e videoarte)</p>	<p>Estilo: Animação digital, arte gráfica com trilha livre de direitos autorais de banco de mídia, se necessário ou sem trilha.</p> <p>Tamanho: até 10 telas. Duração: até 5 minutos. Legendagem e locução.</p> <p>Inclui imagens ou grafismos de banco. Ajustes de edição: até 5</p>	5
	<p>Gestão e monitoramento de perfis de mídias sociais digitais do INCA (Instagram e LinkedIn)</p>	Planejamento estratégico mensal de conteúdo	12
		Planejamento, execução, postagens e interação com o público para posts e stories nas mídias sociais, de acordo com os temas pré-definidos: até 20 postagens por mês	12
		Monitoramento e análise de métricas, sentimento e KPI's1 , com produção de relatórios mensais	12
		Planejamento e elaboração de perguntas frequentes, produção e gestão de respostas automáticas para interação com o público	12
		Planejamento e elaboração de campanhas publicitárias institucionais	12

Especificações técnicas dos serviços prestados:

- Planejamento e desenvolvimento de ações e campanhas corporativas de comunicação interna, externa ou mista, de acordo com os itens especificados na planilha de serviços;
- Criação de campanhas de comunicação para mídia impressa, eletrônica e audiovisual, incluindo concepção e conceito criativo, direção de arte, projeto gráfico, edição, redação, copidesque, revisão ortográfica, diagramação, finalização das peças, prestação de serviço de fotografia e produção de vídeos de baixa complexidade. Para efeito de orçamento, a empresa deve basear-se apenas na quantidade e nas especificações dos itens previstos no Quadro Estimativo de Serviços.

As atualizações dos itens e respectivas quantidades para o novo processo licitatório foram feitas a partir das necessidades atuais do INCA, dos novos recursos tecnológicos e da troca de experiência de trabalho com a Contratada atual nos últimos dois anos (desde 2023).

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 3.444.000,00

A princípio, para nortear o presente Estudo do Documento de Formalização da Demanda **676/2025** , informa-se a estimativa anual da contratação feita com base na pesquisa de preços para estimar um valor para a contratação, com base nas pesquisas de banco de preços e com a propostas de empresas prestadora de serviços de comunicação especializada, chegamos ao valor de **R\$ 3.444.000,00 (três milhões, quatrocentos e quarenta e quatro mil reais)** conforme o relatório de pesquisa de preço anexada ao processo e o valor utilizado foi a mediana.

Os serviços a serem contratados sob demanda serão:

	Descrição / Especificação do Material	Descrição do Serviço	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
	Planejamento	Definição de plano global de trabalho, com criação de estratégia conceitual de comunicação para ser trabalhada ao longo de um ano para públicos interno e externo do INCA. Este plano inclui: <ul style="list-style-type: none">• Reuniões de briefing e levantamento de informações com o Serviço de Comunicação Social;• Análise do problema, definição de objetivos, oportunidades, público-alvo, recursos, definição da estratégia e dos meios de comunicação disponíveis;• Elaboração de cronograma de trabalho para execução dos serviços.	1		
			20		

1. Projetos de comunicação digital, design gráfico/ editorial e produção audiovisual para o do câncer	Criação (definição de conceito criativo, redação e desenvolvimento de peças para campanhas integradas de Comunicação Interna e Externa; este serviço também inclui a definição e criação de identidade visual e ilustrações, de projeto gráfico, o copidesque, a revisão ortográfica das peças descritas neste item, normalização e padronização editorial, produção e fechamento de arquivo para publicação na internet e/ou envio à gráfica para impressão)	Publicação até 36 páginas com 20 ilustrações originais de baixa complexidade			
		Peça publicitária impressa (banner, cartaz, filipeta, broadside, folheto, folder, outdoor, busdoor, etc)	40		
		Peça publicitária digital (e-mail marketing, cards, banners digitais e cabeçalho para uso em sites e mídias sociais, banner para sites, etc.)	200		
		Agenda institucional (capas e miolo)	1		
		Calendário institucional - miolo com aproximadamente 26 páginas, suporte e base	1		
		Ilustração original de baixa complexidade	100		
		Infográfico	20		
		Apresentação até 20 telas, conteúdo e layout	2		
	Acompanhamento de produção gráfica	Acompanhamento da produção de provas gráficas, conferência das provas, aprovação junto à Contratante e acompanhamento da impressão com verificação da qualidade, cores, cabamentos e tempo de execução, respeitando os prazos estabelecidos junto ao Contratante.	40		
	Prestação de serviço de fotografia (sessão fotográfica / cobertura fotográfica)	Estilo: sessão de fotos para peças (produzidas ou não pela CONTRATADA); fins de arquivo /banco de imagem; e cobertura de eventos. Duração: sessão única de até 4h. Locação: unidades do INCA.	20		

	Prestação de serviço de fotografia (sessão fotográfica em estúdio)	Estilo: sessão de fotos para peças produzidas ou não CONTRATADA. Duração: sessão única de até 4h (com 1 ou mais personagens e modelos). Locação: estúdio profissional.	5		
	Produção de vídeo com captação de imagem e edição — baixa complexidade — para mídias sociais	Estilo: tipo depoimento + cenas na locação. Duração: até 4 minutos. Gravação: sessão única de até 8h Locação: unidades do INCA. Personagens: até 5 personagens. Edição: 1 vídeo até 4 minutos. Legendagem, locução e trilha livre. Cartela de entrada e saída e letering de identificação. Até 5 inserções gráficas de animação. Trilha livre de direitos autorais de banco de mídia, se necessário. 1 videomaker com 1 câmeraman e 1 microfone. Ajustes de edição: até 5	50		
	Produção de vídeo sem captação de imagem — baixa complexidade — (animação e videoarte)	Estilo: Animação digital, arte gráfica com trilha livre de direitos autorais de banco de mídia, se necessário ou sem trilha. Tamanho: até 10 telas. Duração: até 5 minutos. Legendagem e locução. Inclui imagens ou grafismos de banco. Ajustes de edição: até 5	5		
		Planejamento estratégico mensal de conteúdo	12		
		Planejamento, execução, postagens e interação com o			

	Gestão e monitoramento de perfis de mídias sociais digitais do INCA (Instagram e LinkedIn)	público para posts e stories nas mídias sociais, de acordo com os temas pré-definidos: até 20 postagens por mês	12	
		Monitoramento e análise de métricas, sentimento e KPI's1 , com produção de relatórios mensais	12	
		Planejamento e elaboração de perguntas frequentes, produção e gestão de respostas automáticas para interação com o público	12	
		Planejamento e elaboração de campanhas publicitárias institucionais	12	
TOTAL				

Os valores estimados serão atualizados e apresentados no Mapa de Preços e na Nota Técnica, ambos elaborados pelo Serviço de Compras do INCA, devidamente inseridos no Processo de Compras.

Trata-se de aquisição através de pregão eletrônico com Sistema de Registro de Preços, onde o valor estimado do item deverá constar expressamente do edital, não tendo caráter sigiloso, mantendo-se a publicidade conforme já adotado regularmente pelo INCA. A possível adoção do orçamento sigiloso, apesar de ser uma opção prevista no Decreto nº 10.024/2019, será avaliada oportunamente, somente após a realização de estudos e análises por parte da equipe técnica responsável do Instituto, com base na definição inicial dos itens e seus mercados que possam vir a se beneficiar de tal prática.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

As ações de comunicação integrada do INCA são parte de um conjunto que compreende desde o planejamento de projetos e ações até a produção e distribuição de materiais gráficos, impressos, audiovisuais ou digitais, dentro de uma identidade e linguagem institucionais unificadas. Todos os serviços descritos fazem parte de um encadeamento (planejamento, concepção, criação e acompanhamento da produção gráfica) do qual depende a realização correta das etapas. Desta forma, **faz-se necessário o regime de licitação por lote único (sem parcelamento dos serviços)**, para que se garanta agilidade e continuidade do processo criativo e de produção de ações e conteúdos que todos os serviços sejam executados em conjunto, e não de forma isolada, e por uma mesma equipe.

A contratação de empresa especializada na área de comunicação, que detenha experiência e domine técnicas modernas e eficazes de comunicação, design e produtos audiovisuais, certamente manterá a capacidade e a eficiência das ações de comunicação social do INCA.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se aplica para a presente contratação.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

O novo processo licitatório será em substituição ao contrato atual — Processo: 25410.011861/2021-55 / Contrato: 081/2023 — que terá seu prazo de vigência restante **encerrado** em **27/12/2025**.

Preliminarmente à apresentação dos instrumentos utilizados pelo Serviço de Comunicação Social (SECOMSO) para o planejamento da contratação que se busca, vale ressaltar que a presente contratação está alinhada ao objetivo de aprimorar processos e instrumentos de gestão, conforme preconiza o Planejamento Estratégico do INCA.

Deve-se ressaltar que no Plano Estratégico 2024-2027, o Secomso é responsável pela iniciativa Fortalecimento da imagem institucional do INCA e para tanto, deve adotar as melhores práticas de comunicação. Tal iniciativa é relacionado ao objetivo estratégico 1 do Instituto: alavancar a integração institucional para potencializar os resultados do INCA, com vistas ao fortalecimento do SUS e do protagonismo nacional.

A presente aquisição está contemplada no **PCA 2026** contemplando a compatibilidade da despesa estimada com a prevista nas leis orçamentárias, conforme consta no Art. 40, V, “c”, da Lei 14133/21.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

BENEFÍCIOS DIRETOS E INDIRETOS

- Difusão e visibilidade de informações acerca do câncer em consonância com a Política Nacional de Controle do Câncer;
- Fortalecimento do posicionamento da imagem institucional do INCA como órgão auxiliar do Ministério da Saúde no desenvolvimento e coordenação das ações integradas para a prevenção e o controle do câncer no Brasil;
- Dentre os resultados, espera-se o incremento da capacidade de condução sistêmica da comunicação institucional do INCA, hoje marcada pela limitação de recursos humanos e materiais exigidos para o bom desempenho de suas funções técnicas.

13. Providências a serem Adotadas

Como aspecto positivo conexo à opção pela contratação está o fato de que não haverá necessidade de adequação física interna do Instituto, uma vez que a contratada deverá utilizar os seus recursos tecnológicos e espaço existente para execução da produção da revista.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Em consulta ao Guia de contratações sustentáveis 2025 - 8ª edição (conforme consulta em <https://www.gov.br/agu/pt-br/assuntos-1/Publicacoes/cartilhas/guia-nacional-de-contratacoes-sustentaveis-2025.pdf>) não foram localizadas orientações acerca dos materiais deste processo. Oportuno informar também que o INCA segue as orientações normativas previstas no Manual de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde.

A Contratada deverá adotar boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/menor poluição na execução dos serviços, tais como:

- Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas/poluentes;
- Utilizar, quando disponíveis no mercado, materiais que sejam reciclados, reutilizados e biodegradáveis;
- Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
- Priorizar o emprego de mão-de-obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local para execução e operação do objeto;
- Racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água;
- Treinamento interno para seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produtos de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
- Reciclagem/destinação adequada dos resíduos;
- Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Considerando a justificativa da necessidade da aquisição, a metodologia utilizada nos cálculos dos quantitativos, a escolha da solução mais adequada e o alinhamento aos objetivos estratégicos do INCA, declaramos a viabilidade da presente aquisição

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MARISE MENTZINGEN PAZ

Chefe Do Serviço De Comunicação Social • Serviço de Comunicação Social

MARCELO MELLO MADEIRA

Assistente Em C&T • Serviço de Comunicação Social

MOISES FERREIRA DA SILVA JUNIOR

Equipe de apoio

MARCOS FABIO MEDEIROS VIEIRA

Analista Em C&T • Serviço de Comunicação Social • INCA

INSTITUTO NACIONAL DO CANCER - RJ

Estudo Técnico Preliminar 160/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 25410.019021/2025-64

2. Descrição da necessidade

OBJETO DA CONTRATAÇÃO

Contratação de empresa especializada de comunicação para planejamento e execução de campanhas e peças de comunicação interna e externa do Instituto Nacional de Câncer (INCA), englobando estudo, concepção, planejamento, pesquisa, produção, cronograma e execução, bem como a produção de materiais, peças, vídeos (captação ou animações/videoarte), comunicação relevante, prestação de serviço de fotografia e esforços de interesse do INCA, compreendendo as seguintes modalidades:

- a. Comunicação interna: objetiva informar, mobilizar, envolver, integrar o público interno da instituição; e
- b. Comunicação externa: no INCA, essa comunicação enfoca-se basicamente em dois tipos:
 - Publicidade de Utilidade Pública: a que se destina a divulgar direitos, produtos e serviços colocados à disposição dos cidadãos, com o objetivo de informar, educar, orientar, mobilizar, prevenir ou alertar a população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios individuais ou coletivos e que melhorem a sua qualidade de vida;
 - Publicidade Institucional: a que se destina a divulgar atos, ações, programas, obras, serviços, campanhas, metas e resultados dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, com o objetivo de atender ao princípio da publicidade, de valorizar e fortalecer as instituições públicas, de estimular a participação da sociedade no debate, no controle e na formulação de políticas públicas e de promover o Brasil no exterior.

JUSTIFICATIVA

O novo processo licitatório será em substituição ao contrato atual — Processo: 25410.011861/2021-55 / Contrato: 081/2023 — que terá seu prazo de vigência restante **encerrado** em 27/12/2025.

De acordo com a Lei nº 14.758, de 19 de dezembro de 2023, que institui a Política Nacional de Prevenção e Controle do Câncer no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e o Programa Nacional de Navegação da Pessoa com Diagnóstico de Câncer; e altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), estabelece, em seu Art. 3º., como diretrizes da comunicação:

XVII - estímulo à formulação de estratégias de comunicação com a população em parceria com os movimentos sociais, com os profissionais da saúde e com outros atores sociais, que permitam disseminar e ampliar o conhecimento sobre o câncer e seus fatores de risco, as diversas diretrizes de prevenção e controle da doença e a tradução do conhecimento para os diversos públicos-alvo.

Cabe ao INCA, portanto, planejar e desenvolver ações, materiais institucionais e de utilidade pública e campanhas de comunicação interna e externa por meio dos quais possa estabelecer comunicação com os diversos públicos, disseminando conhecimento especializado e dirigido para o controle do câncer. Faz-se necessário, para isso, contratar serviço especializado de comunicação para o desenvolvimento de ações e peças para divulgação, sensibilização e informação pública que possam ser utilizadas pelo INCA e seus parceiros, em todos os segmentos da sociedade ou regiões do país criando canais de comunicação de fácil compreensão, formato agradável, com informações confiáveis e atuais, e que possam servir como ferramenta de multiplicação das ações do INCA, em alinhamento com as ações da Assessoria de Comunicação (ASCOM) do Ministério da Saúde e da Secretaria de Comunicação Social (SECOM) da Presidência da República.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Serviço de Comunicação Social (SECOMSO)/Gabinete	Marise Mentzingen Paz - Chefe do SECOMSO

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A empresa de comunicação a ser contratada para realizar o planejamento e a execução de campanhas e peças de comunicação interna e externa do Instituto Nacional de Câncer (INCA), será responsável pelas atividades descritas no Quadro Estimativo de Serviços, que englobam ações como:

- Planejamento e desenvolvimento de ações e campanhas corporativas de comunicação interna, externa ou mista, de acordo com os itens especificados na planilha de serviços;
- Criação de campanhas de comunicação para mídia impressa, eletrônica e audiovisual, incluindo concepção e conceito criativo, direção de arte, projeto gráfico, edição, redação, copidesque, revisão ortográfica, diagramação, finalização das peças, prestação de serviço de fotografia e produção de vídeos de baixa complexidade. Para efeito de orçamento, a empresa deve basear-se apenas na quantidade e nas especificações dos itens previstos no Quadro Estimativo de Serviços.

Trata-se de serviço comum, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade Pregão, em sua forma eletrônica.

Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

Dentre as obrigações da Contratada que serão detalhadas no Termo de Referência, seguem abaixo alguns requisitos importantes para a contratação:

- Os custos de transporte, assim como todos os custos decorrentes da execução dos serviços, são de responsabilidade da Contratada.
- A Contratada deverá obedecer aos prazos de cronogramas a serem estabelecidos e aprovados pela Contratante nas reuniões de trabalho.
- A empresa deverá apresentar declaração de capacidade técnica em nome da licitante, mediante apresentação de um ou mais atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que ateste o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da contratação.
- A empresa deverá apresentar declaração de que dispõe de pessoal técnico especializado e em número suficiente para o atendimento do objeto da licitação, com descrição do perfil da equipe que atenderá o órgão licitante. No entanto, a equipe mínima sugerida não será, obrigatoriamente, de atendimento exclusivo ao INCA.

EQUIPE MÍNIMA para realização do projeto:

- Gerente de conta/atendimento no município do Rio de Janeiro (um) – responsável pela execução de atividades técnicas/administrativas e de atendimento ao cliente, deverá ser graduado em Comunicação Social ou Administração de Empresas. Com experiência comprovada na execução de atividades técnicas/administrativas e de atendimento ao cliente;
- Redator (um) – o profissional deverá ser graduado em Comunicação Social, com experiência comprovada e perfil para execução de atividades de redação publicitária, edição e ações de comunicação integrada;
- Revisor ortográfico e copidesque (um) – o profissional deverá ser graduado em Letras. Com experiência comprovada e perfil de revisão gramatical na língua portuguesa e copidesque;
- Diretor de arte (um) - profissional de criação formado em Publicidade ou Desenho Industrial, com habilitação em Comunicação Visual /Programação Visual ou formação equivalente, especializado em desenvolver a parte visual e gráfica das peças publicitárias, projeto e execução da parte visual incluindo cenografia, figurinos, objetos de cena, etc. Trabalha em conjunto com o redator, para a criação de peças publicitárias. Nesse sentido ele deve ter conhecimento em áreas como design gráfico, audiovisual, multimídia, (design editorial, web, TV).
- Designers gráficos (mínimo de dois) – os profissionais deverão ser graduados em Desenho Industrial, com habilitação em Comunicação Visual /Programação Visual ou formação equivalente. Com experiência comprovada e perfil de criação de projeto gráfico, diagramação e editoração eletrônica;
- Publicitário (um)– o profissional deverá ser graduado em Publicidade. Com experiência comprovada no planejamento e execução de ações de comunicação integrada, com ênfase em publicidade, em grau de maior complexidade;
- Ilustrador – o profissional deverá ter experiência comprovada na produção de imagens/ilustrações (este serviço será realizado sob demanda e com autorização do Serviço de Comunicação Social do INCA, de acordo com o quadro de serviços do Termo de Referência);
- Videomaker — o profissional deverá ter experiência comprovada na produção de vídeos (captação de imagem e/ou animações).

A comprovação da formação acadêmica e da experiência profissional será feita por meio de diploma, Carteira de Trabalho ou Contrato de Trabalho e Curriculum Vitae dos profissionais, contendo suas qualificações e experiência profissional, discriminando suas áreas de atuação, constando, entre outros dados, o(s) nome(s) da(s) empresa(s) ou instituição(ões) na(s) qual(is) desempenhou a(s) respectiva(s) função(ões); cópia(s) do(s) diploma(s)/certificado(s), ou declaração(ões) ou atestado(s) ou certidão(ões), no que couber.

Os cargos definidos para compor a equipe mínima de trabalho precisam ser ocupados por profissionais distintos, de acordo com a formação/graduação e experiência necessárias.

Entende-se, para fins deste Estudo Preliminar, como pertencente ao quadro permanente do licitante, na data prevista para entrega da proposta, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato/estatuto social; o administrador ou o diretor; o

empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou declaração de compromisso de vinculação futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame.

A contratada deverá substituir, sempre que exigido pelo fiscal do contrato, qualquer profissional cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam prejudiciais, insatisfatórios à disciplina da repartição ou ao interesse do serviço, ou ainda, incompatíveis com a prestação de serviço que lhe forem atribuídas, inclusive nos casos de subcontratação.

A contratada deverá centralizar o gerenciamento do objeto deste contrato no Rio de Janeiro/RJ, onde, para esse fim, manterá escritório. Essa centralização justifica-se pelo fato de a sede do INCA também estar localizada no Rio de Janeiro/RJ, o que facilitará as tratativas entre o Órgão e a contratada com vistas a tornar a execução do contrato mais tempestiva, completa, eficiente e efetiva.

A manutenção de escritório no Rio de Janeiro/RJ não impedirá a contratada de utilizar-se de sua matriz ou de seus representantes em outros estados, se for o caso, para serviços de criação e de produção ou outros complementares ou acessórios que venham a ser necessários, desde que garantidas as condições previamente acordadas e estipuladas em contrato.

Responder pelos danos causados ao INCA ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução dos serviços.

Início do Serviço - A partir da data de assinatura da Ordem de Início de Serviço emitida pelo Serviço de Comunicação Social do INCA.

Prazo de Execução - Durante a vigência do contrato.

Forma de pagamento - Através de ordem bancária.

Forma de contratação - Através de contrato firmado entre ambas as partes.

4.2. Da vigência do contrato

O contrato terá vigência de 12 meses, podendo ser prorrogado até o limite de 10 anos, nos termos do arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

5. Levantamento de Mercado

Dentre os instrumentos de planejamento, em um primeiro momento, foi realizada uma pesquisa prévia de preços no [compras.gov](https://compras.gov.br), no Banco de Preços e consulta a Fornecedores.

Todos os valores estão anexados neste estudo Técnico Preliminar.

6. Descrição da solução como um todo

JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO

A contratação de empresa especializada de comunicação para planejamento e execução de campanhas e peças de comunicação interna e externa, por meio de licitação, é prática consagrada por todo Executivo Federal.

De acordo com Portaria nº 874, de 16 de maio 2013, que institui a Política Nacional para a Prevenção e Controle do Câncer na Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), Seção VIII, Art. 20, são diretrizes da comunicação em saúde no âmbito da Política Nacional para a Prevenção e Controle do Câncer:

Estabelecimento de estratégias de comunicação com a população, com os profissionais de Saúde e com outros atores sociais, que permitam disseminar e ampliar o conhecimento sobre o câncer, seus fatores de risco e as diversas estratégias de prevenção e de controle, buscando a tradução do conhecimento para os diversos públicos-alvo;

Estímulo às ações de fortalecimento da capacidade individual e coletiva de comunicação em saúde, promovendo mudanças a favor da promoção da saúde, da prevenção e do controle do câncer.

Cabe ao INCA, portanto, planejar e desenvolver ações, materiais institucionais e de utilidade pública e campanhas de comunicação interna e externa por meio dos quais possa estabelecer comunicação com os diversos públicos, disseminando conhecimento especializado e dirigido para o controle do câncer. Faz-se necessário, para isso, contratar serviço especializado de comunicação para o desenvolvimento de ações e peças para divulgação, sensibilização e informação pública que possam ser utilizadas pelo INCA e seus parceiros, em todos os segmentos da sociedade ou regiões do país criando canais de comunicação de fácil compreensão, formato agradável, com informações confiáveis e atuais, e que possam servir como ferramenta de multiplicação das ações do INCA, em alinhamento com as ações da ASCOM/MS e da SECOM da Presidência da República.

Especificações técnicas dos serviços prestados:

Planejamento e desenvolvimento de ações e campanhas corporativas de Comunicação interna, externa ou mista, de acordo com os itens especificados abrange a prestação de serviço deste estudo técnico preliminar.

Criação de campanhas de comunicação para mídia impressa, eletrônica e audiovisual, incluindo concepção e conceito criativo, direção de arte, projeto gráfico, edição, redação, copidesque, revisão ortográfica, diagramação, finalização das peças, prestação de serviço de fotografia e produção de vídeos de baixa complexidade.

As atualizações dos itens e respectivas quantidades para o novo processo licitatório foram feitas a partir das necessidades atuais do INCA, dos novos recursos tecnológicos e da troca de experiência de trabalho com a Contratada atual nos últimos quatro anos (desde 2021).

Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

serviço continuado, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva;

Dentre as obrigações da Contratada, destacam-se a seguir dois requisitos importantes para a contratação

Os custos de transporte, assim como todos os custos decorrentes da execução dos serviços, são de responsabilidade da Contratada.

A Contratada deverá obedecer aos prazos de cronogramas a serem estabelecidos e aprovados pela Contratante nas reuniões de trabalho.

O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses.

A empresa deverá apresentar declaração de que disporá de pessoal técnico especializado e em número suficiente para o atendimento do objeto da licitação, com descrição do perfil da equipe que atenderá o órgão licitante. No entanto, a equipe mínima sugerida não será, obrigatoriamente, de atendimento exclusivo ao INCA.

EQUIPE MÍNIMA para realização do projeto:

- **Gerente de conta/atendimento no município do Rio de Janeiro** – responsável pela execução de atividades técnicas /administrativas e de atendimento ao cliente, deverá ser graduado em Comunicação Social ou Administração de Empresas. Com experiência comprovada na execução de atividades técnicas/administrativas e de atendimento ao cliente;
- **Redator** – o profissional deverá ser graduado em Comunicação Social, com experiência comprovada e perfil para execução de atividades de redação publicitária, edição e ações de comunicação integrada;
- **Revisor ortográfico e copidesque** – o profissional deverá ser graduado em Letras. Com experiência comprovada e perfil de revisão gramatical na língua portuguesa e copidesque;
- **Diretor de arte** - profissional de criação formado em Publicidade ou Desenho Industrial, com habilitação em Comunicação Visual /Programação Visual ou formação equivalente, especializado em desenvolver a parte visual e gráfica das peças publicitárias, projeto e execução da parte visual incluindo cenografia, figurinos, objetos de cena, etc. Trabalha em conjunto com o redator, para a criação de peças publicitárias. Nesse sentido ele deve ter conhecimento em áreas como design gráfico, audiovisual, multimídia, (design editorial, web, TV);
- **Designers gráficos (mínimo de 2)** – os profissionais deverão ser graduados em Desenho Industrial, com habilitação em Comunicação Visual/Programação Visual ou formação equivalente. Com experiência comprovada e perfil de criação de projeto gráfico, diagramação e editoração eletrônica;
- **Publicitário** – o profissional deverá ser graduado em Publicidade. Com experiência comprovada no planejamento e execução de ações de comunicação integrada, com ênfase em publicidade, em grau de maior complexidade;
- **Ilustrador** – o profissional deverá ter experiência comprovada na produção de imagens/ilustrações (este serviço será realizado sob demanda e com autorização do Serviço de Comunicação Social do INCA, de acordo com o Quadro de Estimativa dos Serviços deste Estudo Técnico Preliminar);
- **Videomaker** — o profissional deverá ter experiência comprovada na produção de vídeos (captação de imagem e/ou animações).

A Contratante poderá sugerir à Contratada, sempre que necessário, a substituição de qualquer profissional cuja atuação for considerada insatisfatória para manter a qualidade na prestação dos serviços (descritos no item 7 deste Estudo Técnico Preliminar) que lhe forem atribuídos.

A Contratada deverá centralizar o gerenciamento do objeto deste contrato no município do Rio de Janeiro/RJ, onde, para esse fim, manterá escritório. Essa centralização justifica-se pelo fato de a sede do INCA também estar localizada no Rio de Janeiro/RJ, o que

facilitará as tratativas entre o Órgão e a contratada com vistas a tornar a execução do contrato mais tempestiva, completa, eficiente e efetiva.

A manutenção de escritório no Rio de Janeiro/RJ não impedirá a contratada de utilizar-se de sua matriz ou de seus representantes em outros estados, se for o caso, para serviços de criação e de produção ou outros complementares ou acessórios que venham a ser necessários, desde que garantidas as condições previamente acordadas e estipuladas em contrato.

Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.,

Executar os serviços conforme especificações deste Estudo Técnico e de sua proposta;

Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada cujos empregados vinculados ao serviço sejam regidos pela CLT deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Municipal / Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;

Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato;

Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações.

Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo;

Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015;

Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos;

Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, mantendo todos os materiais, equipamentos e utensílios para a realização dos serviços, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

Assegurar à Contratante, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

Conduzir a execução dos serviços contratados, de acordo com as melhores técnicas profissionais, com estrita observância das leis vigentes e de conformidade com as condições do Contrato;

Prestar os serviços contratados objetivando resultados que atinjam os mais altos padrões de excelência, respondendo pela sua boa qualidade, mediante utilização de equipe técnica indicada, composta de pessoas experientes e qualificadas para sua execução;

Colocar um gerente de conta/atendimento, de segunda-feira a sexta-feira, das 8h às 17h, para manter contato com o INCA sobre serviços a serem executados, sempre que necessário, com tempo de retorno máximo aos questionamentos dos profissionais de Comunicação Social do Instituto de quatro horas;

Disponibilizar um portador para entregar e retirar materiais no INCA, no município do Rio de Janeiro, e na gráfica licitada pelo INCA, desde que solicitado pela Contratante;

Comprometer-se a participar de reuniões (presenciais ou virtuais) de *briefing* (segundo critério do INCA), coordenadas pelo Serviço de Comunicação Social do INCA, e que acontecerão nas dependências do Instituto no município do Rio de Janeiro;

Cumprir rigorosamente todas as programações e atividades do objeto deste Estudo Técnico Preliminar, assim como os prazos previstos no cronograma a ser elaborado no início do projeto;

Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo INCA, atendendo de imediato às solicitações;

Manter absoluto sigilo sobre todas as informações fornecidas pelo INCA postas à sua disposição para a execução dos serviços, e não reproduzir ou copiar, total ou parcialmente, nenhum documento ou arquivo de computador que lhe seja entregue, exceto nas necessidades decorrentes dos serviços objeto deste Estudo Técnico Preliminar, sob as penas da lei;

Criar projetos gráficos/editoriais, de acordo com as orientações do INCA, até a aprovação do Contratante;

Produzir todos os textos das peças, ações ou campanhas a partir de documentos e/ou outras fontes de informação que serão disponibilizadas pelo INCA;

Fazer revisão gramatical/ortográfica e copidesque de todos conteúdos em português antes da entrega final à Contratante;

Realizar normalização e padronização editorial das publicações produzidas;

Selecionar e tratar fotografias e/ou ilustrações produzidas pela Contratada ou fornecidas pelo INCA, sendo este o responsável final pela escolha de todo material fotográfico e gráfico que vier a ser utilizado, zelando pela sua guarda e qualidade final de impressão ou produção. Depois da publicação, as imagens devem ficar disponíveis com exclusividade para a Contratante;

Produzir fotografias, vídeos e/ou ilustrações para peças de comunicação integrada, ações e campanhas do INCA, sendo de responsabilidade da Contratada todos os recursos necessários para a produção das imagens (locação, modelos, equipamentos técnicos, softwares, etc.);

As fotografias deverão ser produzidas em alta resolução, de modo a permitir grandes ampliações sem perda de qualidade, por máquina fotográfica de categoria profissional, do tipo DSLR (Digital Single Lens Reflex) e respectivos acessórios compatíveis com o trabalho profissional;

Os personagens e profissionais envolvidos nos serviços de fotografia e vídeos devem ceder o direito de uso de imagem e o direito autoral através de instrumento legal. Deverá ser observada a legislação vigente no que diz respeito a direitos autorais e de cessão de imagem.

A CONTRATADA encarrega-se de colher eventuais autorizações para uso de imagem, quando necessário, e entregá-las ao Serviço de Comunicação Social do INCA, após a conclusão de cada trabalho;

Os serviços de fotografia e diagramação devem ser feitos com a aplicação de softwares atualizados para tratamento/edição de imagens específico para fotos e de editoração eletrônica, de propriedade da contratada;

Encaminhar os textos produzidos para avaliação e aprovação da equipe do Serviço de Comunicação Social do INCA;

Realizar alterações nos textos e na diagramação das peças desenvolvidas, quantas vezes forem necessárias, para a perfeita execução dos serviços contratados;

Realizar alterações em vídeos (com captação ou animações/videoarte) em até 5 (cinco) revisões de cortes;

Apresentar uma “boneca” de cada material impresso, quando solicitada, montada e impressa em tamanho real, em cores, para aprovação do Serviço de Comunicação Social do INCA;

Fechar arquivos e produzir arte-final;

Acompanhar produção gráfica, a partir de orientações recebidas do INCA, de acordo com prazos determinados pelo Contratante, e fazer o acompanhamento de impressão, sempre que solicitado;

Realizar revisão de provas gráficas e correções nos arquivos finalizados, quantas vezes forem necessárias, para a perfeita execução dos serviços contratados;

Produzir versão digital em PDF para impressão e publicação na Web (completa e dividida em capítulos) das peças produzidas, quando solicitado;

No caso de vídeos, produzir arquivos em alta resolução (HD), com as edições solicitadas, para uso em internet;

Assumir todo ônus decorrente de ações judiciais, por danos causados a terceiros, direta ou indiretamente em razão da execução das obrigações pactuadas;

As ilustrações e animações produzidas dentro do contrato a ser assinado poderão ser utilizadas pela Contratante a qualquer tempo em materiais diversos conforme o interesse público;

Produzir relatório mensal detalhado de serviços realizados, finalizados e aceitos definitivamente e encaminhar para aprovação do fiscal de contrato do Serviço de Comunicação Social do INCA;

Enviar nota fiscal após aprovação do Relatório Mensal de Acompanhamento e Fiscalização de Contrato;

A Contratada poderá, de acordo com suas necessidades, substituir profissionais da equipe, desde que autorizado pela CONTRATANTE e desde que o novo profissional também possua os requisitos definidos. A substituição constante de técnicos da empresa, por ineficiência na execução das atividades, será considerada falha na execução do contrato, ficando sujeita às sanções previstas na lei e neste certame;

A empresa deverá entregar ao Serviço de Comunicação Social do INCA, após a conclusão de cada trabalho, em meio eletrônico (incluindo ambientes virtuais de transferência de arquivos), todo o conteúdo da edição (arte final), com todas as fontes utilizadas e imagens compradas/tratadas/produzidas (gráficos, infográficos, tabelas, fotografias, ilustrações) em arquivos abertos e editáveis, com todos os elementos e camadas que os compõem, não sendo permitido arquivos com imagens chapadas dentro de outros arquivos. Todos os arquivos deverão permitir alterações futuras caso o INCA tenha necessidade de reproduzir os materiais (arquivos originais e abertos);

No caso de vídeos, a empresa deverá entregar ao Serviço de Comunicação Social do INCA, após a conclusão de cada trabalho, em pendrive ou HDmove (para backups), todo o conteúdo da edição, incluindo versão editável do vídeo e filmagens brutas;

Exigir da equipe de trabalho o fiel cumprimento das normas de segurança patrimonial e pessoal do INCA, inclusive quanto à identificação funcional (quando for o caso);

Manter, durante o período de duração do presente instrumento de contrato, todas as condições de habilitação e qualificação previamente exigidas, quando da fase de habilitação da licitação que deu origem ao presente contrato;

Observar o pleno cumprimento das obrigações pactuadas, procedendo à verificação dos serviços, da empresa e em conjunto com o representante do INCA;

Observar, durante a execução dos serviços contratados, o fiel cumprimento de todas as leis federais, estaduais e municipais vigentes ou que venham a vigorar, sendo a única responsável pelas infrações que venham a ser cometidas;

Reconhecer todos os direitos da Administração (INCA), em caso de rescisão administrativa, no sentido de evitar solução de continuidade nas atividades dependentes deste contrato, em decorrência da inexecução ou rescisão deste contrato.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

O quantitativo dos serviços foi definido a partir de reuniões da equipe do Serviço de Comunicação Social do INCA e da avaliação do contrato atual firmado com a empresa Chá com Nozes Propaganda Ltda., Processo: 25410.011861/2021-55 / Contrato: 081/2023, contemplando os seguintes produtos (e quantidades) de comunicação postos à disposição do INCA:

QUADRO ESTIMATIVO DE SERVIÇOS			
	Descrição / Especificação do Material	Descrição do Serviço	Quant.
1. Projetos de comunicação digital, design gráfico/ editorial e produção audiovisual para o do câncer	Planejamento	Definição de plano global de trabalho, com criação de estratégia conceitual de comunicação para ser trabalhada ao longo de um ano para públicos interno e externo do INCA. Este plano inclui: <ul style="list-style-type: none">• Reuniões de briefing e levantamento de informações com o Serviço de Comunicação Social;• Análise do problema, definição de objetivos, oportunidades, público-alvo, recursos, definição da estratégia e dos meios de comunicação disponíveis;• Elaboração de cronograma de trabalho para execução dos serviços.	1
	Criação (definição de conceito criativo, redação e desenvolvimento de peças para campanhas integradas de Comunicação Interna e Externa; este serviço também inclui a definição e criação de identidade visual e ilustrações, de projeto gráfico, o copidesque, a revisão ortográfica das peças descritas neste item, normalização e padronização editorial, produção e fechamento de	Publicação até 36 páginas com 20 ilustrações originais de baixa complexidade	20
		Peça publicitária impressa (banner, cartaz, filipeta, broadside, folheto, folder, outdoor, busdoor, etc)	40
		Peça publicitária digital (e-mail marketing, cards, banners digitais e cabeçalho para uso em sites e mídias sociais, banner para sites, etc.)	200

arquivo para publicação na internet e /ou envio à gráfica para impressão)	Agenda institucional (capas e miolo)	1
	Calendário institucional - miolo com aproximadamente 26 páginas, suporte e base	1
	Ilustração original de baixa complexidade	100
	Infográfico	20
	Apresentação até 20 telas, conteúdo e layout	2
	Acompanhamento de produção gráfica	40
	Prestação de serviço de fotografia (sessão fotográfica / cobertura fotográfica)	20
	Prestação de serviço de fotografia (sessão fotográfica em estúdio)	5
	Produção de vídeo com captação de imagem e edição — baixa complexidade — para mídias sociais	50

		<p>Cartela de entrada e saída e letering de identificação. Até 5 inserções gráficas de animação.</p> <p>Trilha livre de direitos autorais de banco de mídia, se necessário.</p> <p>1 videomaker com 1 câmeraman e 1 microfone. Ajustes de edição: até 5</p>	
	<p>Produção de vídeo sem captação de imagem — baixa complexidade — (animação e videoarte)</p>	<p>Estilo: Animação digital, arte gráfica com trilha livre de direitos autorais de banco de mídia, se necessário ou sem trilha.</p> <p>Tamanho: até 10 telas. Duração: até 5 minutos. Legendagem e locução.</p> <p>Inclui imagens ou grafismos de banco. Ajustes de edição: até 5</p>	5
	<p>Gestão e monitoramento de perfis de mídias sociais digitais do INCA (Instagram e LinkedIn)</p>	Planejamento estratégico mensal de conteúdo	12
		Planejamento, execução, postagens e interação com o público para posts e stories nas mídias sociais, de acordo com os temas pré-definidos: até 20 postagens por mês	12
		Monitoramento e análise de métricas, sentimento e KPI's1 , com produção de relatórios mensais	12
		Planejamento e elaboração de perguntas frequentes, produção e gestão de respostas automáticas para interação com o público	12
		Planejamento e elaboração de campanhas publicitárias institucionais	12

Especificações técnicas dos serviços prestados:

- Planejamento e desenvolvimento de ações e campanhas corporativas de comunicação interna, externa ou mista, de acordo com os itens especificados na planilha de serviços;
- Criação de campanhas de comunicação para mídia impressa, eletrônica e audiovisual, incluindo concepção e conceito criativo, direção de arte, projeto gráfico, edição, redação, copidesque, revisão ortográfica, diagramação, finalização das peças, prestação de serviço de fotografia e produção de vídeos de baixa complexidade. Para efeito de orçamento, a empresa deve basear-se apenas na quantidade e nas especificações dos itens previstos no Quadro Estimativo de Serviços.

As atualizações dos itens e respectivas quantidades para o novo processo licitatório foram feitas a partir das necessidades atuais do INCA, dos novos recursos tecnológicos e da troca de experiência de trabalho com a Contratada atual nos últimos dois anos (desde 2023).

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 3.444.000,00

A princípio, para nortear o presente Estudo do Documento de Formalização da Demanda 676/2025 , informa-se a estimativa anual da contratação feita com base na pesquisa de preços para estimar um valor para a contratação, com base nas pesquisas de banco de preços e com a propostas de empresas prestadora de serviços de comunicação especializada, chegamos ao valor de **R\$ 3.444.000,00 (três milhões, quatrocentos e quarenta e quatro mil reais)** conforme o relatório de pesquisa de preço anexada ao processo e o valor utilizado foi a mediana.

Os serviços a serem contratados sob demanda serão:

	Descrição / Especificação do Material	Descrição do Serviço	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
	Planejamento	Definição de plano global de trabalho, com criação de estratégia conceitual de comunicação para ser trabalhada ao longo de um ano para públicos interno e externo do INCA. Este plano inclui: <ul style="list-style-type: none">• Reuniões de briefing e levantamento de informações com o Serviço de Comunicação Social;• Análise do problema, definição de objetivos, oportunidades, público-alvo, recursos, definição da estratégia e dos meios de comunicação disponíveis;• Elaboração de cronograma de trabalho para execução dos serviços.	1		
			20		

1. Projetos de comunicação digital, design gráfico/editorial e produção audiovisual para o do câncer	Criação (definição de conceito criativo, redação e desenvolvimento de peças para campanhas integradas de Comunicação Interna e Externa; este serviço também inclui a definição e criação de identidade visual e ilustrações, de projeto gráfico, o copidesque, a revisão ortográfica das peças descritas neste item, normalização e padronização editorial, produção e fechamento de arquivo para publicação na internet e/ou envio à gráfica para impressão)	Publicação até 36 páginas com 20 ilustrações originais de baixa complexidade			
		Peça publicitária impressa (banner, cartaz, filipeta, broadside, folheto, folder, outdoor, busdoor, etc)	40		
		Peça publicitária digital (e-mail marketing, cards, banners digitais e cabeçalho para uso em sites e mídias sociais, banner para sites, etc.)	200		
		Agenda institucional (capas e miolo)	1		
		Calendário institucional - miolo com aproximadamente 26 páginas, suporte e base	1		
		Ilustração original de baixa complexidade	100		
		Infográfico	20		
		Apresentação até 20 telas, conteúdo e layout	2		
	Acompanhamento de produção gráfica	Acompanhamento da produção de provas gráficas, conferência das provas, aprovação junto à Contratante e acompanhamento da impressão com verificação da qualidade, cores, cabamentos e tempo de execução, respeitando os prazos estabelecidos junto ao Contratante.	40		
	Prestação de serviço de fotografia (sessão fotográfica / cobertura fotográfica)	Estilo: sessão de fotos para peças (produzidas ou não pela CONTRATADA); fins de arquivo /banco de imagem; e cobertura de eventos. Duração: sessão única de até 4h. Locação: unidades do INCA.	20		

	Prestação de serviço de fotografia (sessão fotográfica em estúdio)	Estilo: sessão de fotos para peças produzidas ou não CONTRATADA. Duração: sessão única de até 4h (com 1 ou mais personagens e modelos). Locação: estúdio profissional.	5		
	Produção de vídeo com captação de imagem e edição — baixa complexidade — para mídias sociais	Estilo: tipo depoimento + cenas na locação. Duração: até 4 minutos. Gravação: sessão única de até 8h Locação: unidades do INCA. Personagens: até 5 personagens. Edição: 1 vídeo até 4 minutos. Legendagem, locução e trilha livre. Cartela de entrada e saída e letering de identificação. Até 5 inserções gráficas de animação. Trilha livre de direitos autorais de banco de mídia, se necessário. 1 videomaker com 1 câmeraman e 1 microfone. Ajustes de edição: até 5	50		
	Produção de vídeo sem captação de imagem — baixa complexidade — (animação e videoarte)	Estilo: Animação digital, arte gráfica com trilha livre de direitos autorais de banco de mídia, se necessário ou sem trilha. Tamanho: até 10 telas. Duração: até 5 minutos. Legendagem e locução. Inclui imagens ou grafismos de banco. Ajustes de edição: até 5	5		
		Planejamento estratégico mensal de conteúdo	12		
		Planejamento, execução, postagens e interação com o			

	Gestão e monitoramento de perfis de mídias sociais digitais do INCA (Instagram e LinkedIn)	público para posts e stories nas mídias sociais, de acordo com os temas pré-definidos: até 20 postagens por mês	12	
		Monitoramento e análise de métricas, sentimento e KPI's1 , com produção de relatórios mensais	12	
		Planejamento e elaboração de perguntas frequentes, produção e gestão de respostas automáticas para interação com o público	12	
		Planejamento e elaboração de campanhas publicitárias institucionais	12	
TOTAL				

Os valores estimados serão atualizados e apresentados no Mapa de Preços e na Nota Técnica, ambos elaborados pelo Serviço de Compras do INCA, devidamente inseridos no Processo de Compras.

Trata-se de aquisição através de pregão eletrônico com Sistema de Registro de Preços, onde o valor estimado do item deverá constar expressamente do edital, não tendo caráter sigiloso, mantendo-se a publicidade conforme já adotado regularmente pelo INCA. A possível adoção do orçamento sigiloso, apesar de ser uma opção prevista no Decreto nº 10.024/2019, será avaliada oportunamente, somente após a realização de estudos e análises por parte da equipe técnica responsável do Instituto, com base na definição inicial dos itens e seus mercados que possam vir a se beneficiar de tal prática.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

As ações de comunicação integrada do INCA são parte de um conjunto que compreende desde o planejamento de projetos e ações até a produção e distribuição de materiais gráficos, impressos, audiovisuais ou digitais, dentro de uma identidade e linguagem institucionais unificadas. Todos os serviços descritos fazem parte de um encadeamento (planejamento, concepção, criação e acompanhamento da produção gráfica) do qual depende a realização correta das etapas. Desta forma, **faz-se necessário o regime de licitação por lote único (sem parcelamento dos serviços)**, para que se garanta agilidade e continuidade do processo criativo e de produção de ações e conteúdos que todos os serviços sejam executados em conjunto, e não de forma isolada, e por uma mesma equipe.

A contratação de empresa especializada na área de comunicação, que detenha experiência e domine técnicas modernas e eficazes de comunicação, design e produtos audiovisuais, certamente manterá a capacidade e a eficiência das ações de comunicação social do INCA.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se aplica para a presente contratação.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

O novo processo licitatório será em substituição ao contrato atual — Processo: 25410.011861/2021-55 / Contrato: 081/2023 — que terá seu prazo de vigência restante **encerrado** em **27/12/2025**.

Preliminarmente à apresentação dos instrumentos utilizados pelo Serviço de Comunicação Social (SECOMSO) para o planejamento da contratação que se busca, vale ressaltar que a presente contratação está alinhada ao objetivo de aprimorar processos e instrumentos de gestão, conforme preconiza o Planejamento Estratégico do INCA.

Deve-se ressaltar que no Plano Estratégico 2024-2027, o Secomso é responsável pela iniciativa Fortalecimento da imagem institucional do INCA e para tanto, deve adotar as melhores práticas de comunicação. Tal iniciativa é relacionado ao objetivo estratégico 1 do Instituto: alavancar a integração institucional para potencializar os resultados do INCA, com vistas ao fortalecimento do SUS e do protagonismo nacional.

A presente aquisição está contemplada no **PCA 2026** contemplando a compatibilidade da despesa estimada com a prevista nas leis orçamentárias, conforme consta no Art. 40, V, “c”, da Lei 14133/21.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

BENEFÍCIOS DIRETOS E INDIRETOS

- Difusão e visibilidade de informações acerca do câncer em consonância com a Política Nacional de Controle do Câncer;
- Fortalecimento do posicionamento da imagem institucional do INCA como órgão auxiliar do Ministério da Saúde no desenvolvimento e coordenação das ações integradas para a prevenção e o controle do câncer no Brasil;
- Dentre os resultados, espera-se o incremento da capacidade de condução sistêmica da comunicação institucional do INCA, hoje marcada pela limitação de recursos humanos e materiais exigidos para o bom desempenho de suas funções técnicas.

13. Providências a serem Adotadas

Como aspecto positivo conexo à opção pela contratação está o fato de que não haverá necessidade de adequação física interna do Instituto, uma vez que a contratada deverá utilizar os seus recursos tecnológicos e espaço existente para execução da produção da revista.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Em consulta ao Guia de contratações sustentáveis 2025 - 8ª edição (conforme consulta em <https://www.gov.br/agu/pt-br/assuntos-1/Publicacoes/cartilhas/guia-nacional-de-contratacoes-sustentaveis-2025.pdf>) não foram localizadas orientações acerca dos materiais deste processo. Oportuno informar também que o INCA segue as orientações normativas previstas no Manual de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde.

A Contratada deverá adotar boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/menor poluição na execução dos serviços, tais como:

- Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas/poluentes;
- Utilizar, quando disponíveis no mercado, materiais que sejam reciclados, reutilizados e biodegradáveis;
- Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
- Priorizar o emprego de mão-de-obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local para execução e operação do objeto;
- Racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água;
- Treinamento interno para seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produtos de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
- Reciclagem/destinação adequada dos resíduos;
- Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Considerando a justificativa da necessidade da aquisição, a metodologia utilizada nos cálculos dos quantitativos, a escolha da solução mais adequada e o alinhamento aos objetivos estratégicos do INCA, declaramos a viabilidade da presente aquisição

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MARISE MENTZINGEN PAZ

Chefe Do Serviço De Comunicação Social • Serviço de Comunicação Social

MARCELO MELLO MADEIRA

Assistente Em C&T • Serviço de Comunicação Social

MOISES FERREIRA DA SILVA JUNIOR

Equipe de apoio

MARCOS FABIO MEDEIROS VIEIRA

Analista Em C&T • Serviço de Comunicação Social • INCA

Proposta de Preços para os serviços de comunicação digital, design gráfico/editorial e produção audiovisual					
1. Projetos de comunicação digital, design gráfico/editorial e produção audiovisual	Descrição/Especificação do Material	Descrição do Serviço	Quant.	Valor Unit. (Anual)	Valor Total
	Planejamento	Definição de plano global de trabalho, com criação de estratégia conceitual de comunicação para ser trabalhada ao longo de um ano para públicos interno e externo do INCA. Este plano inclui: - Reuniões de briefing e levantamento de informações com o Serviço de Comunicação Social; - Análise do problema, definição de objetivos, oportunidades, público-alvo, recursos, definição da estratégia e dos meios de comunicação disponíveis; - Elaboração de cronograma de trabalho para execução dos serviços.	1	R\$ 21.500,00	R\$ 21.500,00
	Criação (definição de conceito criativo, redação e desenvolvimento de peças para campanhas integradas de Comunicação Interna e Externa; este serviço também inclui a definição e criação de identidade visual e ilustrações, de projeto gráfico, o copidesque, a revisão ortográfica das peças descritas neste item, normalização e padronização editorial, produção e fechamento de arquivo para publicação na internet e/ou envio à gráfica para impressão)	Publicação até 36 páginas com 20 ilustrações originais de baixa complexidade	20	R\$ 6.500,00	R\$ 130.000,00
		Peça publicitária impressa (banner, cartaz, filipeta, broadside, folheto, folder, outdoor, busdoor, etc)	40	R\$ 1.750,00	R\$ 70.000,00
		Peça publicitária digital (e-mail marketing, cards, banners digitais e cabeçalho para uso em sites e mídias sociais, banner para sites, etc.)	200	R\$ 500,00	R\$ 100.000,00
		Agenda institucional (capas e miolo)	1	R\$ 5.500,00	R\$ 5.500,00
		Calendário institucional - miolo com aproximadamente 26 páginas, suporte e base	1	R\$ 4.000,00	R\$ 4.000,00
		Ilustração original de baixa complexidade	100	R\$ 375,00	R\$ 37.500,00
		Infográfico	20	R\$ 350,00	R\$ 7.000,00
		Apresentação até 20 telas, conteúdo e layout	2	R\$ 1.500,00	R\$ 3.000,00
	Acompanhamento de produção gráfica	Acompanhamento da produção de provas gráficas, conferência das provas, aprovação junto à Contratante e acompanhamento da impressão com verificação da qualidade, cores, cabamentos e tempo de execução, respeitando os prazos estabelecidos junto ao Contratante.	40	R\$ 800,00	R\$ 32.000,00
	Prestação de serviço de fotografia (sessão fotográfica / cobertura fotográfica)	Estilo: sessão de fotos para peças (produzidas ou não pela CONTRATADA); fins de arquivo/banco de imagem; e cobertura de eventos. Duração: sessão única de até 4h. Locação: unidades do INCA.	20	R\$ 1.450,00	R\$ 29.000,00
	Prestação de serviço de fotografia (sessão fotográfica em estúdio)	Estilo: sessão de fotos para peças produzidas ou não CONTRATADA. Duração: sessão única de até 4h (com 1 ou mais personagens e modelos). Locação: estúdio profissional.	5	R\$ 6.000,00	R\$ 30.000,00
	Produção de vídeo com captação de imagem e edição — baixa complexidade — para mídias sociais	Estilo: tipo depoimento + cenas na locação. Duração: até 4 minutos. Gravação: sessão única de até 8h Locação: unidades do INCA. Personagens: até 5 personagens. Edição: 1 vídeo até 4 minutos. Legendagem, locução e trilha livre. Cartela de entrada e saída e letering de identificação. Até 5 inserções gráficas de animação. Trilha livre de direitos autorais de banco de mídia, se necessário. 1 videomaker com 1 câmeraman e 1 microfone. Ajustes de edição: até 5	50	R\$ 5.150,00	R\$ 257.500,00
	Produção de vídeo sem captação de imagem — baixa complexidade — (animação e videoarte)	Estilo: Animação digital, arte gráfica com trilha livre de direitos autorais de banco de mídia, se necessário ou sem trilha. Tamanho: até 10 telas. Duração: até 5 minutos. Legendagem e locução.Inclui imagens ou grafismos de banco. Ajustes de edição: até 5	5	R\$ 6.000,00	R\$ 30.000,00
	Gestão e monitoramento de perfis de mídias sociais digitais do INCA (Instagram e LinkedIn)	Planejamento estratégico mensal de conteúdo	12	R\$ 7.250,00	R\$ 87.000,00
		Planejamento, execução, postagens e interação com o público para posts e stories nas mídias sociais, de acordo com os temas pré-definidos: até 20 postagens por mês	12	R\$ 3.400,00	R\$ 40.800,00
		Monitoramento e análise de métricas, sentimento e KPI's1 , com produção de relatórios mensais	12	R\$ 3.750,00	R\$ 45.000,00
		Planejamento e elaboração de perguntas frequentes, produção e gestão de respostas automáticas para interação com o público	12	R\$ 3.000,00	R\$ 36.000,00
		Planejamento e elaboração de campanhas publicitárias institucionais	12	R\$ 6.000,00	R\$ 72.000,00
Total					R\$ 1.037.800,00

Proposta de Preços para os serviços de comunicação digital, design gráfico/editorial e produção audiovisual

	Descrição/Especificação do Material	Descrição do Serviço	Quant.	Valor Unit. (Anual)	Valor Total
1. Projetos de comunicação digital, design gráfico/ editorial e produção audiovisual	Planejamento	Definição de plano global de trabalho, com criação de estratégia conceitual de comunicação para ser trabalhada ao longo de um ano para públicos interno e externo do INCA. Este plano inclui: - Reuniões de briefing e levantamento de informações com o Serviço de Comunicação Social; - Análise do problema, definição de objetivos, oportunidades, público-alvo, recursos, definição da estratégia e dos meios de comunicação disponíveis; - Elaboração de cronograma de trabalho para execução dos serviços.	1	R\$ -	R\$ -
	Criação (definição de conceito criativo, redação e desenvolvimento de peças para campanhas integradas de Comunicação Interna e Externa; este serviço também inclui a definição e criação de identidade visual e ilustrações, de projeto gráfico, o copidesque, a revisão ortográfica das peças descritas neste item, normalização e padronização editorial, produção e fechamento de arquivo para publicação na internet e/ou envio à gráfica para impressão)	Publicação até 36 páginas com 20 ilustrações originais de baixa complexidade	20	R\$ -	R\$ -
		Peça publicitária impressa (banner, cartaz, filipeta, broadside, folheto, folder, outdoor, busdoor, etc)	40	R\$ -	R\$ -
		Peça publicitária digital (e-mail marketing, cards, banners digitais e cabeçalho para uso em sites e mídias sociais, banner para sites, etc.)	200	R\$ -	R\$ -
		Agenda institucional (capas e miolo)	1	R\$ -	R\$ -
		Calendário institucional - miolo com aproximadamente 26 páginas, suporte e base	1	R\$ -	R\$ -
		Ilustração original de baixa complexidade	100	R\$ -	R\$ -
		Infográfico	20	R\$ -	R\$ -
		Apresentação até 20 telas, conteúdo e layout	2	R\$ -	R\$ -
	Acompanhamento de produção gráfica	Acompanhamento da produção de provas gráficas, conferência das provas, aprovação junto à Contratante e acompanhamento da impressão com verificação da qualidade, cores, cabamentos e tempo de execução, respeitando os prazos estabelecidos junto ao Contratante.	40	R\$ -	R\$ -
	Prestação de serviço de fotografia (sessão fotográfica / cobertura fotográfica)	Estilo: sessão de fotos para peças (produzidas ou não pela CONTRATADA); fins de arquivo/banco de imagem; e cobertura de eventos. Duração: sessão única de até 4h. Locação: unidades do INCA.	20	R\$ -	R\$ -
	Prestação de serviço de fotografia (sessão fotográfica em estúdio)	Estilo: sessão de fotos para peças produzidas ou não CONTRATADA. Duração: sessão única de até 4h (com 1 ou mais personagens e modelos). Locação: estúdio profissional.	5	R\$ -	R\$ -
	Produção de vídeo com captação de imagem e edição — baixa complexidade — para mídias sociais	Estilo: tipo depoimento + cenas na locação. Duração: até 4 minutos. Gravação: sessão única de até 8h Locação: unidades do INCA. Personagens: até 5 personagens. Edição: 1 vídeo até 4 minutos. Legendagem, locução e trilha livre. Cartela de entrada e saída e letering de identificação. Até 5 inserções gráficas de animação. Trilha livre de direitos autorais de banco de mídia, se necessário. 1 videomaker com 1 câmeraman e 1 microfone. Ajustes de edição: até 5	50	R\$ -	R\$ -
	Produção de vídeo sem captação de imagem — baixa complexidade — (animação e videoarte)	Estilo: Animação digital, arte gráfica com trilha livre de direitos autorais de banco de mídia, se necessário ou sem trilha. Tamanho: até 10 telas. Duração: até 5 minutos. Legendagem e locução.Inclui imagens ou grafismos de banco. Ajustes de edição: até 5	5	R\$ -	R\$ -
	Gestão e monitoramento de perfis de mídias sociais digitais do INCA (Instagram e LinkedIn)	Planejamento estratégico mensal de conteúdo	12	R\$ -	R\$ -
		Planejamento, execução, postagens e interação com o público para posts e stories nas mídias sociais, de acordo com os temas pré-definidos: até 20 postagens por mês	12	R\$ -	R\$ -
		Monitoramento e análise de métricas, sentimento e KPI's1 , com produção de relatórios mensais	12	R\$ -	R\$ -
		Planejamento e elaboração de perguntas frequentes, produção e gestão de respostas automáticas para interação com o público	12	R\$ -	R\$ -
		Planejamento e elaboração de campanhas publicitárias institucionais	12	R\$ -	R\$ -
Total				R\$ -	



Ministério da Saúde
Secretaria de Atenção Especializada à Saúde
Instituto Nacional de Câncer
Coordenação de Administração Geral
Divisão de Suprimentos
Serviço de Compras

PLANILHA DE ORÇAMENTO

(Art. 25, §7º, da Lei nº 14.133/21)

Data base: 11/03/2026

SEM TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Contratação de empresa especializada em serviços de comunicação corporativa para planejamento e execução de campanhas e peças de comunicação interna e externa do Instituto Nacional de Câncer (INCA), englobando estudo, concepção, planejamento, pesquisa, criação, produção, cronograma e execução, bem como a produção de materiais, peças, vídeos (captação ou animações/videoarte), comunicação relevante, prestação de serviço de fotografia e esforços de interesse do INCA, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.	15601	UN	12	R\$ 86.483,3333	R\$ 1.037.800,00

Júlio César Moreira dos Santos

Chefe do Serviço de Compras

PORTARIA GM/MS Nº 1.204, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Julio Cesar Moreira dos Santos, Chefe do Serviço de Compras**, em 11/03/2026, às 19:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0053920752** e o código CRC **E5B67422**.



Ministério da Saúde
Secretaria de Atenção Especializada à Saúde
Instituto Nacional de Câncer
Coordenação de Administração Geral
Serviço de Apoio às Licitações

CONTRATO Nº 112/2026

Processo nº 25410.019021/2025-64

ANEXO II
MINUTA DE TERMO DE CONTRATO
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
SERVIÇOS SEM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA -
LICITAÇÃO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER E A EMPRESA

A **UNIÃO FEDERAL**, por intermédio do **INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER**, com sede na **Praça Cruz Vermelha nº 23, 4º andar, Rio de Janeiro - RJ, CEP. 20.231-130**, inscrito no CNPJ/MS sob o nº **00.394.544/0171-50**, neste ato representado por seu Diretor Geral, **Dr. ROBERTO DE ALMEIDA GIL**, nomeado pela Portaria nº 1.619, publicada no Diário Oficial da União de 13 de fevereiro de 2023, portador da Matrícula Funcional SIAPE nº 6241986, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a Empresa..... inscrita no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representada pelo(a) Sr.(a)], conforme *[atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos]*, tendo em vista o que consta no Processo nº 25410.019021/2025-64 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) Pregão Eletrônico nº **XX/XXXX**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços comuns de **Contratação de empresa especializada de comunicação para planejamento e execução de campanhas e peças de comunicação interna e externa do Instituto Nacional de Câncer (INCA)**, englobando estudo, concepção, planejamento, pesquisa, produção, cronograma e execução, bem como a produção de materiais, peças, vídeos (captação ou animações/videoarte), comunicação relevante, prestação de serviço de fotografia e esforços de interesse do **INCA**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
------	---------------	--------	-------------------	------------	----------------	-------------

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da data de assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.2.4. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;

2.2.5. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e

2.2.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

2.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de

Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ **xxxxxx (xxxxxxxxxx)**, perfazendo o valor total de R\$ **xxxxxx (xxxxxxxxxx)**.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

- 8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;
- 8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e
- 8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.
- 8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;
- 8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- 8.1.10.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 30 (trinta) dias;
- 8.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;
- 8.1.13. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:
- 9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;
- 9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;

9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;

9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de

Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

9.25. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;

9.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;

9.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

9.35. Ceder ao CONTRATANTE todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do CONTRATADO.

9.35.1. Considerando que o projeto contratado se refere a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos a que se refere o subitem acima inclui o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra.

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que

justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, mediante justificativa formal de que não dispõe de créditos orçamentários

para sua continuidade ou de que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.2.1. Nesse caso, a extinção antecipada ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, garantido um prazo mínimo de dois meses para ciência formal do contratado, devendo ser observada a regra do art. 183 da Lei nº 14.133, de 2021 para a contagem deste prazo.

13.3. O contrato poderá ser extinto com fundamento na ausência de créditos orçamentários ou na perda de vantagem contratual antes da data de aniversário, desde que ocorra com ônus para o CONTRATANTE, conforme previsto no art. 138, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

13.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.7. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.8. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.8.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.8.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.8.3. Das indenizações e multas.

13.9. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.10. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.10.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.10.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.11. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos

casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício **2026**, na dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade: **INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER - INCA, UASG 250052**

Fonte de Recursos: **1002000000**

Programa de Trabalho: **10 302 5118 8758 0033**

Elemento de Despesa: **339039 e**

Plano Interno: **234640**, e

Nota de Empenho: **XXXXNEXXXXXX**;

<https://www.portaltransparencia.gov.br/despesas/empenho/25005200001XXXXNEXXXXXX?ordenarPor=fase&direcao=asc>

15.1.1. Objetivando dar maior transparência informamos que, no link acima, a contratada terá acesso as informações do empenho, bem como, poderá acompanhar todos os pagamentos referentes a ele em "Documentos Relacionados".

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA- FORO

18. Fica eleito o Foro da Justiça Federal no Rio de Janeiro, Seção Judiciária do Rio de Janeiro, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado depois de lido e achado em ordem e vai assinado pelos contraentes.

Rio de Janeiro,..... de..... de 2026.

Dr. ROBERTO DE ALMEIDA GIL
Diretor-Geral
INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER - INCA/MS

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Alberto de Carvalho Filho, Chefe do Serviço de Apoio às Licitações substituto(a)**, em 16/06/2026, às 15:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0055964718** e o código CRC **3DA34F93**.

Referência: Processo nº 25410.019021/2025-64

SEI nº 0055964718

Serviço de Apoio às Licitações - SEAL/INCA
Rua Marquês de Pombal, nº 125 - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20230-240
Site